

(Dis)Posições sociais num *campo* determinado pela indústria

Classes e relações de classe numa freguesia
industrializada do Vale do Ave *

Virgílio Borges Pereira

Resumo: Integrando a «área urbano-industrial» da região do Vale do Ave, a vila e freguesia de S. Jorge de Selho (pertencente ao Concelho de Guimarães) caracteriza-se, desde pelo menos há um século, por uma intensa actividade industrial consagrada à produção e (mais recentemente) à confecção de tecidos.

Na base desta orientação (ainda que sujeita a crises e a reorientações relativas mais recentes) está um *sistema de posições sociais* organizado em torno do universo fabril local. Gerações antigas e novas de famílias burguesas dominam actividades industriais na têxtil e no vestuário. Nestas actividades assalariam-se encarregados, empregados de execução e um substancial efectivo de famílias operárias sem qualquer ligação à agricultura, assim como se assegura trabalho para um conjunto importante de pequenos produtores (nem sempre muito) independentes.

Uma tradicional ineficácia na relação com a escola, assim como uma lógica relacional entre os agentes sociais em presença de tipo *paternalista* e as desigualdades assim geradas têm garantido a reprodução do *campo de classes sociais* localmente estruturado.

* O presente texto reproduz, parcialmente, uma das partes da Dissertação de Mestrado em Sociologia, Poder Local, Desenvolvimento e Mudança Social apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Abril de 1997. A referida dissertação, intitulada *Os vincados padrões do tecido. Uma perspectiva, dois retratos e uma panorâmica geral sobre as vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*, foi desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor José Madureira Pinto e contou com um financiamento do PRODEP.

Introdução

No texto que aqui apresentamos propomo-nos analisar a estruturação do *espaço das posições e disposições sociais* característico de uma vila do concelho de Guimarães, situada em pleno coração da região do Vale do Ave — mais precisamente, a Vila de S. Jorge de Selho, também conhecida como Pevidém.

Com um tal objectivo, e para além de ensaiar uma breve contextualização sócio-demográfica e histórica do território, procuramos identificar os contornos do *sistema de posições sociais* locais, fazendo apelo a uma análise dos seus protagonistas através das relações que materializam com o campo económico. Uma tal análise, feita com recurso ao estudo do espaço das *famílias de classe* localmente estruturado, desdobra-se numa atenção particular aos *capitais* que os agentes destas famílias incorporam — nomeadamente, os escolares —, assim como procura caracterizar e estudar as modalidades de (re)produção dos *sistemas de disposições* gerados num tal contexto*.

Num momento final, procura-se, na sequência da identificação do perfil de relações de classe estruturado na freguesia, avaliar do respectivo impacto ao nível da reprodução social — captado no quadro mais restrito da relação com a habitação.

¹ De um ponto de vista metodológico, a análise apresentada resulta do exame de elementos estatísticos recolhidos das estatísticas oficiais elaboradas a propósito do território em análise, assim como das informações recolhidas através de um inquérito que tivemos ocasião de administrar à população local e do estudo dos depoimentos de diferentes agentes que entrevistámos no decurso da efectuação do trabalho de campo (realizado entre Janeiro e Agosto de 1996). O inquérito foi administrado durante os meses de Junho e Julho de 1996. Em congruência com as propostas metodológicas definidas em 3.1., adoptámos como unidade de análise a totalidade dos grupos domésticos residentes em cada um dos lugares inquiridos (7 lugares sorteados a partir dos 28 que constituem a freguesia) — seleccionando através do método de Kish os indivíduos a privilegiar em análises mais específicas. A partir dos dados do inquérito constituiu-se uma amostra de 23 agentes a quem foi administrada uma entrevista semi-directiva (amostra que não inclui os informantes privilegiados com quem contactámos).

S. Jorge de Selho/ Pevidém: uma contextualização

1. A Vila de S. Jorge de Selho, constituída por uma freguesia ² com o mesmo nome, pertence ao Concelho de Guimarães — é uma das suas setenta e três freguesias —, integra a sua zona urbana, fazendo fronteira a Norte com a freguesia de Brito, a Nordeste com Silvares, a Sudeste com S. Martinho de Candoso e S. Cristóvão de Selho, a Sul com Gondar e a Sudoeste com Ronfe, e está situada entre os rios Ave e (o seu afluente) Selho. Mais frequentemente designada por Pevidém ³, situada no seguimento da Estrada Nacional 310 (e da auto-estrada) que liga Porto a Guimarães via Santo Tirso, esta localidade dista seis quilómetros da sede concelhia e possui uma área de cerca de 533 hectares.

A configuração social da freguesia é marcada desde meados do século passado pela actividade de produção industrial de tecidos. Numa primeira fase, uma tal actividade prolongava a tradição local de cultivo,

² Com ocupação humana organizada pelo menos desde o século XI (associada à posse de bens da Igreja), há registos da sua designação como «freguesya» nas inquirições de 1290. Fazem parte da freguesia os lugares de Agoiro, Bairro, Barreiro, Boavista, Burgo, Cabreira, Cancela, Costeiras, Crasto, Ladoso, Laje, Lameirinho, Leiras, Moinho do Buraco, Monte Negro, Mirai, Moura, Penamarela, Penedo, Pevidém, Pinheirinho, Ponta do Campo, Ponte da Mansa, Reis, Ribeirais, Várzea de Cima, Venda e Vinha.

³ Uma denominação que se julga vir já do século passado (existem documentos com a data de 1900 que utilizam esta designação) e que associa o nome de um casal outrora importante na freguesia — a Casa de Pevidém, da família de Araújo Salgado — a uma história que remonta à época da ocupação castelhana do país. Sinteticamente, é a história de um almocreve galego que frequentava a casa de Araújo Salgado, sendo nela acolhido sempre que se deslocava pela região. Um vizinho, que detestava A. Salgado, terá feito constar que este teria assassinado o almocreve para ficar com as peças de cobre com que viajava. O proprietário acabou por se ver envolvido com a justiça que o prendeu durante dois anos e condenou à morte. Após a leitura da sentença que determinava o fim da sua vida, A. Salgado terá prometido construir um pequeno Santuário a Santo António caso este o ajudasse a provar a sua inocência. Ao que se sabe, o almocreve, "movido por força sobrenatural", voltou a aparecer pela região, tendo sido posto ao corrente da situação mal foi visto pelo povo. De seguida, revelou a verdade às autoridades, tendo igualmente, e de imediato, A. Salgado cumprido a sua promessa. Com a construção da estrada principal de Pevidém, a capelinha foi retirada da frente do casal e reconstruída na parede do mesmo, onde existe actualmente. Sobre este assunto, cfr. PORTUGAL, Eugênio — *Notícias de Guimarães*, de 16/11/1968 e GONÇALVES, José Francisco (1984).

fiação e tecelagem do linho⁴ — normalmente trabalhado em regime caseiro — desenvolvendo-se, posteriormente, o trabalho de fiação e tecelagem do algodão⁵: data da década de 1880 a criação, por uma geração pioneira de empresários locais, das primeiras tecelagens na freguesia⁶, em pequenas oficinas e aproveitando a energia hidráulica localmente abundante, verificando-se em 1908 a primeira industrialização da fiação do algodão, com a montagem de 720 funções na Fábrica do Moinho do Buraco.

A "indústria mecânica" (Geraldês, 1913: pp. 19-20) aqui concentrada, desde muito cedo se orienta para a exportação, dando origem a uma configuração territorial substancialmente diferente do padrão locativo difuso — de "indústria doméstica" e de "pequena indústria", para retomar os termos de Geraldês (Idem) — que caracterizava e caracteriza parte do Vale do Ave, com uma clara concentração da produção em fábricas verticalizadas dotadas de grandes instalações.

Progressivamente⁷, as fábricas vão ocupando o lugar que os campos de cultivo tinham na paisagem, e não obstante ser ainda hoje possível

⁴ O trabalho de cultivo, fiação e tecelagem do linho tem a zona de Guimarães como centro quase desde a formação da nacionalidade. Segundo Alberto Sampaio, "(•••) Se o concelho de Guimarães foi o 'berço' da monarchia, também o tem sido de muitas e variadas indústrias (...) Todos conhecem a celebridade de Guimarães, na fabricação de tecidos de linho, em cortumes e cutelaria (...)" (Sampaio, 1884: pp. 254-255). Para Alice Ingerson, a permanência da indústria do linho como um dos traços estruturais da ocupação territorial do Vale do Ave terá sido um dos elementos responsáveis "pela grande densidade populacional da região" dada a fixação de mão-de-obra produzida e exigida por esta actividade (Ingerson, 1982: pp. 1476-1478).

⁵ Segundo Teresa Sá Marques, "Entre 1884 e 1923 (...), vai-se registar um desenvolvimento muito significativo da indústria têxtil algodoeira. Enquanto desapareciam as assedeiras e a tecelagem do linho, a indústria de tecidos de algodão e linho, a tinturaria, a fiação e a tecelagem de malha de algodão progrediam. (...) a cultura do linho diminuiu em extensão neste concelho [Guimarães] ao mesmo tempo que os tecidos de algodão mais baratos e leves invadiam os mercados (...). Assim, ao desenvolvimento da indústria algodoeira, desde meados do século XIX, corresponde o declínio ou estagnação da de linho e tecidos de linho (...)" (1988: pp. 57-58). Sobre as condições históricas do país na época em que ocorre esta transformação, cfh, entre outros, Cabral (1977; 1979), Castro (1971; 1973) e Justino (1989).

⁶ A Têxteis Lopes Correia — falida nos anos 80 deste século — tem 1883 como data de fundação.

⁷ Em 1901 funda-se a Têxteis TARF, em 1902 a Empresa Industrial de Pevidém, em 1916 a empresa Augusto Pinto Lisboa, em 1922 a COELIMA Indústrias Têxteis,

encontrar algumas manchas agrícolas⁸ em pleno interior da freguesia, são as coberturas ovais e os canudos ao alto que constituem as marcas mais impressivas da mesma paisagem. Para além das fábricas, e ao seu lado, vão nascendo conjuntos mais ou menos improvisados, e frequentemente desordenados, de residências operárias sob a vigilância de uma ou outra casa burguesa. Do emaranhado de residências e de fábricas, e do ponto de vista da configuração sócio-espacial local, apenas se destaca o esboço de um centro da freguesia — a Praça Francisco Inácio da Cunha Guimarães⁹, local de realização da feira semanal, onde se situa a sede da Junta de Freguesia, a Igreja e Centro Paroquiais, a escola Primária e agências de serviços diversos¹⁰ —, local de cruzamento das vias que ligam os diferentes lugares da freguesia e que colocam esta última em contacto quer com a cidade de Guimarães, quer com a estrada Sto. Tirso — Porto.

Assim, no quadro da proposta de tipificação das formações sócio-territoriais que Domingues e Marques elaboram para analisar o Vale do Ave, S. Jorge de Selho/ Pevidém, diferindo substancialmente (ainda que em interrelação com elas) quer das "áreas agrícolas fortemente industrializadas", quer das "áreas rurais de forte emigração, eminentemente agrícolas (...)" (Domingues, Marques, 1987: pp. 127-128), integra uma "área urbano-industrial" de onde a agricultura se encontra ausente: uma área que corresponde não só "(...) a aglomerados urbanos históricos (Guimarães--cidade)" mas também a "(...) outros que têm vindo a crescer rapidamente

em 1928 a João Ribeiro da Cunha & Filhos, em 1933 a empresa J. Pereira Fernandes & Filhos, em 1945 a JOSIM — Joaquim da Silva Marques & Filhos, em 1965 a Lameirinho — Joaquim Coelho Lima & Filhos, e em 1970 a INCOTEX, para referenciar apenas a data de criação de algumas das empresas têxteis mais marcantes da história local, ainda que nem todas tenham sobrevivido à voragem das diferentes crises.

⁸ Destaca-se sobretudo o caso da Quinta da Portela, área agrícola que ocupa parte importante do centro da freguesia. O Norte da freguesia, o lugar de Paraíso que constitui Paróquia, é ainda marcado por uma paisagem rural, contudo, e segundo os contactos que tivemos oportunidade de realizar, a grande maioria dos activos nele existentes trabalha na indústria têxtil.

⁹ Um dos pioneiros da indústria têxtil local, fundador da Fábrica do Moinho do Buraco, tido como inevitável figura benemérita da freguesia e da região — a Praça com o seu nome situa-se num terreno doado por si à freguesia.

¹⁰ Os correios, imediatamente na contiguidade da Praça, e nas proximidades, os serviços de saúde e o principal jardim de infância, assim como dois pequenos centros comerciais.

desde a industrialização do século XIX (Pevidém, sobretudo, mas também Vizela, Caldas das Taipas), correspondendo a redefinições sucessivas de acessibilidades diferenciais segundo a evolução e hierarquização da rede viária. Contrariamente à ideia de que é a população agrícola que constitui a principal reserva de força de trabalho, são sobretudo as mulheres jovens, solteiras ou casadas com poucos filhos menores (...) que respondem a essa situação" (Idem: p. 126).

Esta primeira apresentação do território coloca-nos, obviamente, perante um cenário de industrialização. Importará, contudo, aperfeiçoar a leitura sobre o mesmo território, recorrendo, para o efeito, ao estudo dos principais elementos de caracterização social disponíveis. É a essa tarefa que nos dedicaremos seguidamente.

2. De um ponto de vista diacrónico, e de acordo com os números disponibilizados pelos Recenseamentos Gerais da População, o padrão da variação dos efectivos demográficos da freguesia revela um cenário de quase constante crescimento, ainda que existam algumas oscilações, desde o século passado até à actualidade.

Entre 1860 e 1911, S. Jorge de Selho conhece, tal como o país e o concelho — e para retomar as palavras de C. Brettell a propósito da dinâmica demográfica da época —, "o verdadeiro arranque no crescimento da população (...)" (Brettell, 1991: p. 37): taxas de crescimento que revelam, à excepção do período 1864-1878, sempre valores superiores a 10%, num contexto de crescimento superior ao do próprio concelho ¹¹.

Entre 1911 e 1920, efeitos prováveis da Primeira Grande Guerra e das diferentes doenças que atravessaram o país, assiste-se a uma ligeira quebra dos efectivos populacionais, apresentando a freguesia uma taxa de crescimento negativo (-3,2%) — um valor menor do que o relativo ao do concelho (que para o mesmo período apresenta uma taxa de -4,5%).

Entre a década de 20 e a de 50 assiste-se a uma clara retoma e aceleração da dinâmica de crescimento — um processo a que não serão alheias quer a tradicional "pressão demográfica" que desde há muito carac-

¹¹ Em períodos como o de 1878-1890, a taxa de crescimento para a freguesia é praticamente o dobro da do concelho — 13,6 para S. Jorge de Selho, e 7,6 para Guimarães —, o mesmo se passando no período 1900-1911 — 15,2 para a freguesia e 7,5 para o concelho.

teriza a região Norte, em geral, e a do Ave, em particular ¹², quer o prolongamento da redução da mortalidade induzida pelo prosseguir das melhorias ao nível dos cuidados de saúde, mas onde não poderá deixar de se destacar a capacidade de atracção da freguesia devida ao desenvolvimento industrial. As taxas de crescimento são neste período sempre superiores a 20%, atingindo na década de 30 um valor máximo de 38,5%, acompanhado nas décadas subsequentes por taxas de 28,5% e de 24,3% — os trinta anos que prefazem este período são também de crescimento para o concelho, no entanto, as suas taxas de crescimento só por uma vez possuirão níveis próximos daqueles que caracterizam a freguesia (a década de 30, com uma taxa de crescimento de 25,5%).

A década de 60 é de clara estagnação — óbvios efeitos da emigração — para a freguesia, com uma taxa de 0,6% ¹³, e de crescimento muito relativo para o concelho (4,2%).

A dinâmica ascendente é retomada na década de 70, no entanto, essa mesma dinâmica apresenta agora contornos muito mais fortes para o concelho na sua globalidade do que para Pevidém — uma taxa de 21,3% para Guimarães e 8,4% para S. Jorge de Selho. Por outro lado, se o concelho prolonga, ainda que com um vigor muito mais reduzido, essa mesma dinâmica durante a década de 80 — uma taxa de 7,2% —, já o mesmo o Censo de 1991 não autoriza a concluir para a freguesia, evidenciando esta, inclusivamente, uma clara quebra populacional (com perda de 356 habitantes em dez anos) — um valor que reportado a 1981 equivale a um crescimento amplamente negativo: -7,9%.

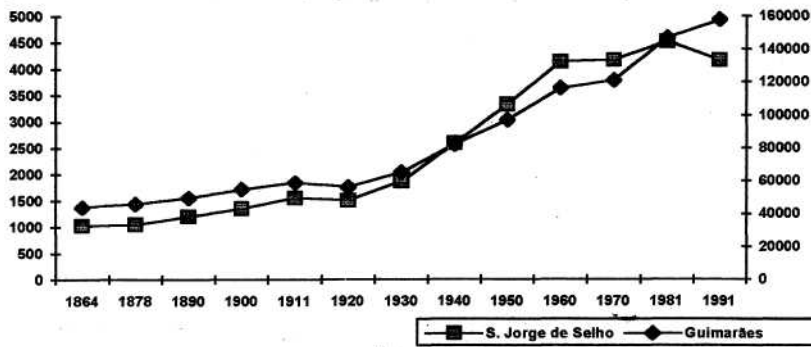
Assim, o retrato sincrónico que os elementos recolhidos pelo Censo de 1991 nos autoriza a fazer identifica em S. Jorge de Selho a residência

¹² Para a identificação do conjunto de factores explicativos destes comportamentos, cfr. as análises que Orlando Ribeiro dedica quer ao Minho, quer à região do Noroeste (1991: pp. 101-129; 144-148). Igualmente elucidativa, ainda que feita a propósito de uma freguesia do Alto Minho, é a síntese que Caroline Brettell faz da história e geografia minhotas (1991: pp. 31-47). Numa óptica comparativa, cfr. o estudo que Ana Nunes de Almeida faz da dinâmica sócio-demográfica dos concelhos do Barreiro e de Guimarães (1993: pp. 15-61).

¹³ Não fosse a capacidade de fixação de população da indústria local e a taxa teria claramente um sinal contrário. Outras freguesias do concelho — sobretudo as mais rurais — apresentam neste período crescimentos negativos. Sobre este assunto, cfr. a leitura que A. Santos Silva faz sobre S. Torcato e sobre a sua dinâmica demográfica neste período (1994: pp. 280-283).

Fonte: INE — X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970, 1981, 1991.

GRÁFICO 1 — Evolução da população de S. Jorge de Selho e de Guimarães, entre 1864 e 1991



de 4163 habitantes, 2054 homens (49,3%) e 2109 mulheres (50,7%). Estes, e tal como seria de esperar numa localidade situada em pleno coração do Vale do Ave ¹⁴, apresentam uma percentagem muito importante de jovens: não obstante possuir efectivos juvenis com valores relativos menores do que aqueles que caracterizam o concelho, a população com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos constitui 22% da população total (o concelho, na sua globalidade, possui um efectivo superior em cerca de 3%). Por outro lado, a população em idade activa passível de ser qualificada como "jovem" (grupo etário 15-44) tem um importante valor de 49% — sensivelmente o mesmo que caracteriza o concelho —, num contexto em que os agentes em idade activa qualificados como "velhos" (grupo etário 45-64) representam 19,2% — um valor superior ao que caracteriza o concelho em 2,4%. A percentagem de velhos, grupo etário com 65 ou mais anos, possui efectivos reduzidos — 9,3% —, não obstante ser superior em 1,4% ao valor concelhio.

Se tivermos em conta o sexo dos agentes a realidade diferencia-se um pouco. Assim, no grupo dos jovens haverá que salientar um predomínio

¹⁴ O comentário que Domingues e Marques elaboram a partir dos dados do Recenseamento de 1981 parece manter-se válido: "A estrutura etária da população residente no Médio Ave, caracteriza-se fundamentalmente pelos importantes potenciais de população jovem, resultantes de uma taxa de fecundidade elevada e de um poder de fixação da população que permite a retenção local desse potencial (...)" (1988: p. 2).

feminino — 479 efectivos femininos, 11,5%, face a 437 efectivos masculinos, 10,5% (o concelho possui uma realidade inversa a esta, com predomínio masculino — 12,8% de agentes com o sexo masculino e 12,1% com o sexo feminino). Por outro lado, e relativamente ao grupo dos agentes jovens em idade activa haverá que identificar um predomínio masculino — 1078 homens, 25,9%, e 985 mulheres, 23,7% (a nível concelhio verifica-se aqui um equilíbrio de 25,2% para ambos os sexos). Predomínio, aliás, que só se verifica neste grupo, já que nos restantes o predomínio é feminino: com efeito, o grupo dos adultos com idade compreendida entre os 45 e os 64 anos é maioritariamente constituído por mulheres — 429, 10,3%, face a 369 homens, 8,9% (valores relativos superiores aos que caracterizam o concelho — 9% e 7,8% para o sexo feminino e masculino, respectivamente) —, o mesmo se passando com o grupo com idade igual ou superior a 65 anos — 216 mulheres, 5,2%, e 170 homens, 4,1% (valores relativos aqui também superiores aos concelhios, mas com igual predomínio feminino — 4,6% para o sexo feminino e 3,3% para o masculino).

Esta é a realidade que os efectivos recolhidos pelo Censo testemunham. O contacto prolongado com o local torna, à medida que vão sendo conhecidos os seus diferentes elementos de caracterização, este conjunto de indicações, no mínimo, de muito difícil sustentação. Com efeito, os números do Recenseamento Eleitoral indicam, em 1991, o registo de 3798 pessoas com idade maior ou igual a 18 anos (um efectivo, ainda que possam existir problemas de contagem no Recenseamento, muito distante das 3034 pessoas que o Censo do mesmo ano indica como tendo tal característica); os dados actualizados em Maio de 1996 revelam a existência de 4063 efectivos. Assim, tudo indica estarmos perante um quadro, mesmo tendo em conta prováveis quebras na taxa de natalidade, de nítida sub-representação¹⁵ (esta parece-nos ser sobretudo visível ao nível do grupo

¹⁵ Tanto o Presidente da Junta de Freguesia como o Padre local são unânimes em reconhecer a existência de um maior efectivo populacional. O primeiro tem uma atitude muito crítica quanto à metodologia seguida pela equipa que realizou o trabalho de campo do Censo, sendo inclusivamente peremptório na afirmação da rejeição e contestação dos resultados finais. Não podendo dar números finais, ambos apontam para valores superiores aos cinco mil habitantes. Por outro lado, tivemos várias vezes ocasião de testemunhar a existência de famílias a quem não foi realizado qualquer inquérito por altura do Censo. A ausência de dados estatísticos resistentes à prova foi uma das razões para optarmos, no decurso da investigação, por um processo de amostragem que não dependesse de quotas, quer em termos de sexo, quer em termos de idade.

das mulheres em idade activa com idade compreendida entre os 15 e os 44 anos).

Não sendo possível avaliar a dinâmica do crescimento demográfico aqui potenciado, pensamos, contudo, ser possível perspectivar a colectividade em análise como sendo constituída por uma população jovem e adulta-jovem — não obstante o facto de, segundo os censos, a população adulta e idosa ter aqui uma importância maior do que no concelho —, tendo, necessariamente, estas características da população consequências ao nível das diferentes práticas que dão vida ao quotidiano local.

Por outro lado, e de acordo com os resultados do inquérito que tivemos ocasião de realizar junto da população, esta é na sua grande maioria natural da própria freguesia: 54% dos inquiridos declaram ter nascido em S. Jorge de Selho. No entanto, os 34% de habitantes com origem noutras freguesias pertencentes ao concelho de Guimarães revelam a capacidade de atracção que Pevidém exerce sobre as freguesias vizinhas, passando-se algo de semelhante, ainda que com um vigor muito mais reduzido, com outros concelhos circundantes.

QUADRO I — Origens geográficas dos habitantes locais, por concelho de origem, valores absolutos e relativos

Concelho de origem	Va	%
Fafe	2	1,1
Famalicão	4	2,3
Porto	2	1,1
Santo Tirso	2	1,1
Vila Real	1	0,6
Vila Verde	2	1,1
Vouzela	1	0,6
Guimarães	155	88,1
S. Jorge de Selho	95	54
Outras freguesias do concelho de Guimarães	60	34
Totais	176	100

Fonte: Inq. PEV [Inquérito Pevidém — Estilos de Vida], 1996.

Quando inquiridos sobre as razões da vinda para Pevidém, os habitantes nascidos noutras freguesias do concelho ou em concelhos diferentes do de Guimarães declaram, na sua generalidade (mais de 50%), a possibilidade de encontrar uma residência próxima de familiares (que aqui trabalham) e do trabalho como factor fundamental para a sua vinda. Não devendo descurar-se na interpretação de tais resultados a importância de esta população estar aqui fixada há tempos consideráveis ¹⁶, tal como se pode avaliar a partir dos resultados do Quadro II.

QUADRO II — Tempo de residência na freguesia

Tempo de residência	Va	%
Desde sempre Há	103	58,5
menos de 1 ano 1-5	6	3,4
anos 6-10 anos 11-	6	3,4
15 anos 16-20 anos	13	7,4
21-30 anos 31 anos	8	4,5
Total	5	2,8
	19	10,8
	16	9,1

Fonte: Inq. PEV.

Estamos, assim, perante uma freguesia dotada de uma população relativamente jovem, à semelhança do que caracteriza a região do Ave, e que demonstra não só capacidade de fixação, mas também alguma capacidade de atracção de população (menor hoje do que há décadas atrás) oriunda, principalmente, de freguesias limitrofes pertencentes ao concelho de Guimarães. As razões para um tal perfil sócio-demográfico não poderão deixar de ser procuradas nas modalidades de relação com o trabalho que caracterizam a localidade, relação cujo alcance veremos discutido em seguida.

¹⁶ A fixação da população é também visível no facto de cerca de 60% dos inquiridos nunca ter vivido noutras localidades, sendo os valores dos que viveram fora relativos a trajetórias de migração para a freguesia (40%).

sociais 3.1. *Sobre a pertinência de algumas opções teóricas e*

metodológicas

O esforço de conhecimento do tecido social local numa óptica que privilegia a análise dos processos responsáveis pela sua estruturação não pode dispensar o esclarecimento das estratégias de pesquisa utilizadas na produção do referido conhecimento.

No seguimento da aplicação da teorização de Pierre Bourdieu ¹⁷, procurar dar conta da estruturação do tecido social local não pode deixar de implicar o recurso a um exame atento do espaço das posições sociais aqui estruturadas. Um tal procedimento remete-nos obviamente para uma análise onde avulta a centralidade da noção de *posição* avaliada através do conceito de *classe social*.

Com o fim de compatibilizar a teorização de P. Bourdieu quer com os desenvolvimentos mais recentes da teoria das classes, quer com as transformações a que a sociedade portuguesa tem estado sujeita, pensamos que a atenção devida ao conceito de classe social deverá reter os contributos das teorizações que um conjunto importante de autores portugueses tem desenvolvido a este propósito. Retemos particularmente as contribuições, no seguimento das propostas do mesmo P. Bourdieu ou de um Daniel Bertaux, dos trabalhos situados em torno da pesquisa de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado e as proposições teóricas e práticas que as suas produções têm originado ao longo das últimas décadas.

Como salienta Ferreira de Almeida, o conceito de classe social funciona "como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas". É, precisamente, esta sua capacidade mediadora que permite retratar a classe social (e os agentes que a incorporam) como protagonista "(...) dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem (...)" e, simultaneamente, retratar o conjunto "das estruturas que delimitam duradouramente o espaço em que esses processos ocorrem" (Almeida, 1986: pp. 76-77).

¹⁷ Um desenvolvimento mais aprofundado da análise do edifício teórico do autor aqui em causa pode encontrar-se em Pereira (1997: pp. 12-28).

Assim, tratando-se de vectores de (re)produção identitária¹⁸, as classes sociais — definidas, enquanto lugares, pela importância das relações de produção¹⁹ —, sistematizam combinações (de volume e estrutura) de diferentes tipos de capital que "definem condições de existência distintas umas das outras e semelhantes no interior de cada lugar" e que "tendem a inculcar nos agentes que os ocupam sistemas de disposições do mesmo modo distintos relativamente aos de outras classes e internamente dotados de homogeneidade" (Almeida, *Idem*: p. 87).

Encontrar a posição de um agente é, assim, um processo realizado através da análise do volume global de capital que possui, análise essa devidamente articulada com o exame da sua composição: a posição do agente pode, então, "ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico — nas suas diferentes espécies —, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico" (Bourdieu, 1979a: pp. 134-135). Contudo, e ao contrário do que uma leitura menos prevenida da transcrição poderá autorizar, haverá "que afirmar liminarmente que deve ser o grupo doméstico, e não o indivíduo, a cons-

¹⁸ A este propósito valerá a pena reter os contributos de Pierre Tap e Madureira Pinto sobre a importância de uma concepção relacional deste conceito. Na óptica privilegiada pelos autores em questão, estará em causa, num plano diacrónico, a incorporação de disposições no âmbito do trajecto realizado pelo agente, enquanto que, num plano sincrónico, haverá que equacionar as implicações da relação entre posição e condição de classe: "(•••) A identidade constrói-se no confronto do idêntico e da alteridade, da similitude e da diferença. (...) ela parece-me (...) um sistema dinâmico de sentimentos axiológicos e de representações através das quais o actor social, individual ou colectivo, orienta as suas condutas, organiza os seus projectos, constrói a sua história, procura resolver as contradições e ultrapassar os conflitos, em função de determinações diversas ligadas às suas condições de vida, às relações de poder em que ele se encontra implicado, em relações constantes com outros actores sociais sem os quais ele não pode definir-se nem (re)conhecer-se. Poderemos chamar *identização* ao processo pelo qual o actor social tende a diferenciar-se, a tornar-se autónomo, a operar um movimento de totalização, e a afirmar-se pela separação. A *identificação* social seria o processo inverso, mas complementar, pelo qual o actor social se integra num conjunto mais vasto e no qual tende a fundir-se" (Tap, 1986: pp. 11-12). Sobre o mesmo assunto, cfr. também Pinto (1991a, 1991b: p. 20).

¹⁹ Segundo Daniel Bertaux, "(•••) No processo de produção/ distribuição/ consumo dos produtos, é o momento da *produção* que determina os outros (são as relações de produção que estruturam o conjunto do processo)"; neste processo, "o momento que determina os outros é... a consumição. Os seres humanos não são consumidos como foram produzidos, são (tendencialmente) produzidos como serão consumidos" (1978: pp. 63-64).

tituir a unidade básica de análise de classes" (Almeida, Idem: p. 96), uma vez que é aí que "se condensa e organiza um conjunto de efeitos sociais diferenciados e a partir daí se estruturam práticas socialmente significativas" (Idem: p. 98), tanto do ponto de vista sincrónico como do ponto de vista diacrónico²⁰. Ou seja, só tendo por referência o grupo doméstico faz sentido não só a compreensão da inserção na divisão social do trabalho, mas também as respectivas consequências, especialmente, as diferentes capitalizações (traduzidas em diferentes *poderes e saberes*) neste concentradas, assim como os trajectos sociais a partir deste referenciados²¹: "As classes e fracções de classe podem, com vantagem teórica e operatória, ser analisadas não só como conjuntos de lugares estatisticamente definidos, mas também enquanto feixes de *trajectórias sociais*, com segmentos passados, inserções sociais presentes e futuros virtuais modais" (Almeida et ai., 1990: p. 195).

Só mediante um tal procedimento as variáveis de classe serão utilizadas na plena heurística permitida pelo seu correcto accionamento, podendo, então, "ser tomadas como indicadores tanto das distribuições relacionais de posições sociais (espaço social das classes) como da inserção e trajecto de cada indivíduo ou conjunto de indivíduos no espaço das relações de classe (biografias de classe)". Será, por outro lado, através deste mesmo procedimento que se poderá promover a articulação entre as variáveis de classe e "as variáveis de valores e representações" accionadas "como indicadores quer dos sistemas simbólico-ideológicos que se vão formando e transformando ao nível societal (configurações culturais), quer dos sistemas cognitivos e valorativos que os indivíduos e grupos vão interiorizando e accionando na prática social (sistemas de disposições)" (Almeida et ai., 1990: p. 220).

²⁰ No mesmo sentido se pronuncia o já citado Daniel Bertaux, para quem "O lugar principal da produção antropológica é a família", ou melhor, a família de classe (Bertaux, 1978: p. 59), sendo também a esta luz que o conteúdo dos trabalhos citados de Tap e Madureira Pinto sobre as identidades deve ser lido.

²¹ Segundo Ferreira de Almeida, "Os trajectos sociais, (...) têm de ser analisados por referência à unidade familiar. E não só por ela constituir o ponto de partida objectivo e subjectivo de tais trajectos, mas ainda por lhes predeterminar as probabilidades de encaminhamento, através dos múltiplos mecanismos que articulam o capital adquirido ao capital herdado" (1986: p. 99). Para o mesmo autor, "A operacionalização do conceito de classe em termos de fecundidade analítica (...) não pode, assim, prescindir da unidade familiar como lugar onde se reflectem e condensam as contradições estruturais, onde se organizam decisivamente os sistemas de disposições e se referenciam os trajectos passados e virtuais, onde radicam, finalmente, uma pluralidade de práticas socialmente relevantes" (Idem: p. 103).

O esforço de tipificação consagrado na adopção dos princípios teórico-metodológicos consagrados na perspectiva analítica aqui em causa implicam, assim, a sua aplicação ao estudo da realidade social de S. Jorge de Selho/Pevidém. Num primeiro momento, um tal processo materializa-se através da análise da relação que os agentes sociais locais mantêm com a actividade económica, ganhando o referido processo, num segundo e determinante momento, amplitude e intensidade analítica através da leitura da realidade social com recurso a uma caracterização em termos de *classe* e de *fracção de classe*²² dos grupos domésticos dos agentes.

3.2. Relação com a actividade económica, situação na profissão principal e sector de actividade dos agentes sociais locais

Como decorre das considerações que temos vindo a elaborar, uma das imagens mais indicativas da realidade social local não pode deixar de passar, num primeiro momento, pelo equacionar atento das *relações* que os diferentes agentes sociais mantêm *com a actividade económica*.

Com efeito, partindo das respostas dadas pelos 176 grupos domésticos inquiridos, um dos resultados que mais se destaca da análise da referida relação com a actividade económica é o volume elevado de activos que a freguesia concentra: num total de 615 agentes com idade igual ou superior a quinze anos, 386 — 62,8% — trabalham. Por outro lado, o reverso desta última condição — a situação de desemprego — caracteriza 42, 6,5%, dos agentes — valor que não será surpreendente se tivermos em conta quer a crise (crescente) que tem atravessado as empresas locais,

²² A metodologia do processo de construção dos lugares de classe utilizada está documentada em vários estudos dedicados à mesma temática na realidade social portuguesa. Aplicamos, na linha do que temos vindo a apresentar, os dispositivos produzidos por J. Ferreira de Almeida, A. Firmino da Costa e F. Luís Machado na construção do espaço das posições sociais, especificamente, os procedimentos consagrados em algumas das suas produções mais recentes (1988: pp. 11-44; 1990: pp. 193-221). As variáveis em causa — classe e fracção de classe — foram compostas com base na *profissão* (principal e/ ou complementar) e *situação na profissão*, complementadas com informação relativa ao *ramo de actividade das profissões* e à *posição hierárquica* nestas (com indicações relativas à estrutura e dimensão das organizações onde os agentes presta(ra)m o seu trabalho). Toda a informação foi agregada e organizada tendo o grupo doméstico como referência. As matrizes de construção dos lugares de classe podem consultar-se nos trabalhos citados de Almeida, Costa e Machado e também em Silva (1994: pp. 506-511).

quer o contexto global da economia do país: em 1991, a taxa de desemprego em «sentido lato» da freguesia era, no entanto, inferior à do concelho de Guimarães e à da região do Ave — 3,4%, 3,7% e 4,1%, respectivamente —, sendo hoje ²³ também inferior àquela que caracteriza, segundo o *Inquérito permanente ao emprego* (para o terceiro trimestre de 1996), a região Norte e o país, 6,9% e 7,1%, respectivamente, ainda que superior à da região do Ave, 5,4% ²⁴ (o que mais uma vez deverá ser interpretado no quadro da tendência desempregadora verificada nas empresas têxteis da colectividade em estudo).

Por outro lado, e comparativamente, destaca-se em seguida um volume importante de estudantes — 17,6% —, a que se segue o conjunto dos reformados — 15,6%. Os restantes valores apresentam características mais residuais, apenas se destacando um efectivo ainda importante de agentes que se dedicam ao exercício das tarefas do lar — 3,2%.

Estes efectivos possuem, contudo, algumas particularidades cujas especificidades valerá a pena examinar com mais alguma atenção. Assim, e retendo apenas as variáveis de caracterização tradicionalmente utilizadas nas diferentes investigações sociais — sexo e idade dos agentes —, destacam-se aqui, desde logo, elementos importantes de estruturação do tecido social local.

O volume de activos da freguesia, não obstante ser maioritariamente composto por agentes do sexo masculino — 51,7% —, tem um elevado valor de agentes com o sexo feminino — 48,3% —, um traço da sócio-economia local susceptível de ser avaliado na sua plenitude através da atenção à proximidade da distribuição dos activos no interior de cada sexo: 76,8% dos homens e 66% das mulheres em idade activa têm o trabalho como modalidade principal de relação com a actividade económica. A esta particularidade haverá ainda que acrescentar uma outra que diz respeito à juventude com que os agentes em situação de actividade aqui se apresentam: no total de agentes activos com profissão, 66,6% possui menos de quarenta anos, sendo um tal valor de um expressivo 94,8% se considerarmos os cinquenta e cinco anos como idade para um mesmo tipo de referência — apenas 5,2% da população activa tem mais de cinquenta e cinco

²³ O tempo Presente aqui mencionado corresponde ao da data de efectuação do inquérito à população — Junho-Julho de 1996. A comparação entre diferentes indicadores estatísticos procura reter a proximidade a esta referência temporal.

²⁴ Sobre a relação entre emprego e desemprego na região Norte à luz dos mais recentes dados estatísticos, cfr. Torres (1997: pp. 6-18).

anos, o que não pode deixar de não só salientar a importância de uma população activa jovem, mas também a circunstância de, progressivamente, a situação de trabalho para os adultos mais velhos ser pouco frequente. Estamos, assim, perante um contexto onde impera uma clara tendência para uma entrada precoce no mercado de trabalho, sendo este caracterizado por uma elevada taxa de actividade feminina, sobretudo na juventude (atente-se que o valor das domésticas só cresce efectivamente a partir dos quarenta anos), e também por uma (progressiva e) precoce saída do mesmo mercado²⁵.

São, precisamente, estes traços que se destacam da caracterização dos agentes em situação de actividade com o registo simultâneo da respectiva idade e sexo (Quadro III-b). Com efeito, o exame da composição da população activa local, para além de se defrontar com volumes importantes de activos masculinos nos grupos etários jovens e adultos, não pode deixar de salientar o peso expressivo da presença feminina nos mesmos grupos²⁶, sendo inclusivamente o respectivo valor superior ao masculino no grupo dos adultos-jovens: os agentes do sexo feminino aqui situados representam 22,5% do total de activos, enquanto os agentes do sexo masculino constituem 18,9% (são também mulheres os únicos casos registados de trabalho efectuado com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos).

²⁵ Resultados que vão ao encontro dos elementos de caracterização correntemente apresentados pelas investigações sócio-económicas desenvolvidas a propósito da região do Ave. Com efeito, e como temos vindo a assinalar, a estrutura etária da população residente no Vale do Ave caracteriza-se fundamentalmente por ser muito jovem. Esta juventude, fruto de uma elevada taxa de fecundidade, origina um padrão de ocupações marcado por um volume de activos, onde avultam agentes com o sexo feminino, superior ao do Continente (Cfr. Marques; Domingues, 1987; Silva, 1994; Costa; Silva, 1995). Por outro lado, a explicação para o volume diminuto de activos com idade superior a cinquenta e cinco anos, para além da crise, não poderá esquecer a tendência verificada nas empresas locais para se desenvolverem negociações entre patrões e empregados relativamente à cessação de funções uma vez atingidas idades próximas dos limites de reforma, frequentemente ao abrigo dos dispositivos legais de protecção social no desemprego criados especialmente para a região.

²⁶ Alguns destes aspectos, não obstante a sua especificidade, reforçam características, conhecidas e bem documentadas, da sociedade portuguesa. Segundo Ferreira de Almeida, Firmino da Costa e Luís Machado, "(•••) a entrada das mulheres na esfera profissional cresceu a ritmo de tal modo acentuado que sobrecompensou largamente fenómenos semelhantes de envelhecimento na estrutura etária, aumento da escolarização e diminuição de inserções precoces no mundo do trabalho, também verificadas na população feminina (...)" (1994: p. 317). Pode também obter-se um retrato sobre esta questão em A. J. Esteves (1995a: pp. 30-36).

QUADRO III-a — Condição perante o trabalho, segundo o sexo e a idade dos agentes¹

Condição perante trabalho	Incapitado(a)		Reformado(a)		Ocupa-se tarefas lar		Desempre- gado(a)		Trabalhador- -estudante		Estudante		Trabalha		Totais		
	Va	%	Va	%	Va	%	Va	% ²⁷	Va	%	Va	%	Va	%	% ²⁸	Va	%
Sexo																	
Masculino	1	0,1	50	7,3	-	-	19	3,1	3	0,4	66	9,7	198	29,1	32,2	337	49,5
Feminino	1	0,1	56	8,2	22	3,2	23	3,7	-	-	54	7,9	188	27,6	30,5	344	50,5
Totais	2	0,3	106	15,6	22	3,2	42	6,8	3	0,4	120	17,6	386	56,7	62,7	681	100
Grupo etário **																	
6-10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	4,1	-	-	-	28	4,1
11-14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	5,6	-	-	-	38	5,6
15-24	2	-	-	-	-	-	3	0,5	1	0,1	51	7,5	97	14,2	15,8	154	22,6
25-39	-	-	1	0,1	4	0,6	5	0,8	1	0,1	3	0,4	160	23,5	26	174	25,6
40-54	-	-	7	1	11	1,6	15	2,4	-	-	-	-	109	16	17,7	142	20,9
55-64	-	-	29	4,3	6	0,9	17	2,8	1	0,1	-	-	17	2,5	2,8	70	10,3
s65	-	-	69	10,1	1	0,1	2	0,3	-	-	-	-	3	0,4	0,5	75	11
Totais	2	0,3	106	15,6	22	3,2	42	6,8	3	0,4	120	17,6	386	56,7	62,7	681	100

Virgílio Borges Pereira

Fonte: Inq. PEV.

* Não foram contabilizadas 4 respostas a este item do inquérito por falta de clareza das indicações dadas pelos agentes.

Os efectivos relativos aos trabalhadores-estudantes correspondem a situações em que o trabalho constitui uma actividade claramente complementar (um pequeno número de horas diário).

** Para efeitos de aperfeiçoamento da análise dos grupos etários, optámos por desdobrar a variável idade num conjunto de categorias mais afinadas.

QUADRO III-b — Condição perante o trabalho, segundo o grupo etário e o sexo dos agente (valores absolutos)

	Sexo	6-10		11-14		15-24		25-39		40-54		55-64		>65		Totais
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Condição perante trabalho	1	11	11					4				2	5	11	18	37
Incapacitado	1					2		3				10	7		2	
Permanente						1	4					1				-2
Reformado(a)						56	41	73	87	60	49	9	8		3	106
Ocupa-se tarefas lar									16	11	26	13	23	28		
Desempregado(a)					16	11	26	13	83	71	78	96	66	76	31	42
Trabalha																3
Fonte: Inq. PEV.		39	37	38	681											120
Trabalha																386
Totais																

(Dis)Posições sociais num campo determinado pela indústria

1 2

²⁷ Os efectivos percentuais do desemprego foram calculados tendo por referência a população em idade activa

— com idade igual ou superior a 15 anos.

²⁸ O valor respectivo a esta percentagem foi calculado tendo por referência a população em idade activa — com idade igual ou superior a 15 anos.

Atentando nas modalidades de relação com o trabalho definidas como *o negativo* da actividade, descobrimos não só o volume considerável de reformados na sua generalidade, mas sobretudo o efectivo daqueles que possuem idades compreendidas entre os cinquenta e cinco e os sessenta e quatro anos: 27,4% dos reformados, maioritariamente do sexo feminino (não obstante a relevância do efectivo masculino). Como contrapartida desta configuração, o efectivo de reformados do grupo etário subsequente a este apresenta uma estrutura mais masculinizada, ainda que, por força do peso feminino no total da condição, esta não seja muito relevante.

Por outro lado, deve ainda sublinhar-se o facto de o volume de desempregados, para além de maioritariamente feminino — 54,8% do desemprego possui este género ²⁹ —, ser fundamentalmente constituído por agentes que se encontram no grupo etário compreendido entre os cinquenta e cinco e os sessenta e quatro anos (exactamente aqueles onde encontramos os decrescentes volumes de activos e os consideráveis efectivos de reformados) — 40,4% —, num contexto em que o desemprego juvenil é reduzido. Contudo, são sobretudo os homens que são afectados naquela idade pelo desemprego, uma vez que as mulheres, não obstante terem aqui um efectivo digno de registo, são afectadas pela quebra do vínculo laboral mais cedo: com efeito, o desemprego no grupo etário adulto envelhecido representa 52,6% do desemprego masculino, enquanto que o mesmo valor para as mulheres corresponde a 30,4% — sendo um tal valor substancialmente maior no grupo etário imediatamente anterior, 47,8% — pelo que as transformações nas relações laborais que tais elementos desvendam não poderão deixar de ser lidas ao abrigo das mudanças que a sociedade portuguesa tem estado sujeita nas últimas décadas ³⁰.

Voltando a tratar os elementos disponíveis a propósito dos activos e no que diz respeito à *situação na profissão*, destaca-se na relação com o trabalho um claro predomínio de agentes em situação de assalaria-

²⁹ Resultados que se estruturam na continuidade das características documentadas para a região do Ave, onde "(•••) As mulheres constituem a parcela da população mais afectada pelo desemprego (...)" (Torres, 1996: p. 12).

³⁰ Sobre as causas do desemprego no sistema social português, cfr. o trabalho de Rodrigues (1996: pp. 129-138) e a análise desenvolvida por B. Sousa Santos sobre a crise da relação salarial de tipo fordista (1990: pp. 175-184). Uma leitura sobre o fenómeno do desemprego na Europa com recurso a uma atenção especial sobre a sua incidência no sexo feminino pode obter-se em Maruani (1996: pp. 48-57).

mento: quase 90% dos agentes com actividade económica são *trabalhadores por conta de outrém*, sendo os restantes 10% repartidos sobretudo entre os *isolados/ trabalhadores por conta própria* — 7,2% — e os *patrões não agrícolas* — 2,1%.

Assim, e examinando os resultados ao inquérito efectuado recorrendo aos mesmos critérios utilizados para analisar a relação com actividade económica, é possível concluir que a situação de assalariamento se reparte de forma praticamente igual entre os dois sexos: dos 343 activos assalariados, 171 são homens e 172 mulheres. Contudo, este aparente equilíbrio deve alertar-nos para a importância que o assalariamento feminino assume nas modalidades de relacionamento com o trabalho localmente vigentes. Com efeito, este domínio só se encontra nesta situação, já que nas restantes estamos quase sempre (e só não é sempre porque, sintomaticamente, existe domínio feminino nas categorias relativas ao trabalho em empreendimento familiar, com ou sem remuneração) perante efectivos em que dominam agentes do sexo masculino: o trabalho por conta própria e o patronato são situações predominantemente masculinas — 68% dos agentes que trabalham por conta própria são do sexo masculino, havendo somente um agente do sexo feminino que se apresenta em situação de patrão.

Os padrões descritos a propósito da idade dos activos são confirmados pela análise da relação que se estabelece entre esta variável e a situação na profissão. A juventude dos activos é evidente em todas as situações, não podendo, desde logo, deixar de relevar-se a importância de que se reveste este atributo nos activos assalariados — a sua grande e esmagadora maioria possui menos de cinquenta e cinco anos —, passando-se algo de muito semelhante nas outras situações (cfr. Quadro IV).

Por outro lado, da análise da distribuição dos activos pelos diferentes sectores de actividade (cfr. a propósito o Quadro V) destaca-se um padrão de ocupações onde, para além de não existir qualquer registo de activos agrícolas, se evidencia, na linha do que corresponde à estruturação histórica da sócio-economia local, um domínio dos activos ocupados na indústria: 75,6% dos activos com profissão têm uma ocupação no sector *secundário*, distribuindo-se pelo sector *terciário* os restantes 24,4%.

Os efectivos concentrados na indústria especializam-se, por sua vez, em ramos específicos da economia, sobretudo a *indústria têxtil*, com um expressivo valor de 49,7% de activos nela ocupados, mas também a *indústria do vestuário*, 16,5% dos activos com profissão, totalizando os efectivos ocupados nestes dois sectores 66,2% da população activa.

QUADRO IV — Situação na profissão, segundo o sexo e a idade dos agentes

Situação na profissão	Patrão não agrícola, com 4 ou + assalariados		Patrão não agrícola, com menos de 4 assalariados		Isolado/ trabalhador por conta própria		Trabalhador empreendimento familiar, com remuneração		Trabalhador empreendimento familiar sem remuneração		Assalariado/ trabalhador por conta de outrém		Totais	
	Va	%	Va	%	Va	%	Va	%	Va	%	Va	%	Va	%
Sexo														
Masculino	5	1,3	2	0,5	4,9	1			—	—	171	44,3	198	51,2
Feminino	—	—	—	—	—	—			3	0,8	172	44,6	188	48,7
Totais			1	0,3	9	2,3	3	0,8						
Grupo etário	5	1,3	3	0,8	28	7,3	4	1	3	0,8	343	88,9	386	100
15-24														
25-39	2	0,5	1	0,3	3	0,8	2	0,5	1	0,3				
40-54	3	0,8	2	0,3	10	2,6	2	0,5	1	0,3	91	23,5	97	25,1
55-64														
65+														
Totais	—	—	—	—	14	3,6			1	0,3				
	—	—	—	—	1	0,3								
			144	37,3	160	41,4								
							—	—						
			89	23,1	109	28,1	—	—	—	—				
		16	4,1	17	4,4									
		3	0,8	3	0,8									
	5	1,3	3	0,8	28	7,3	4	1,3	0,8	343	88,9	386	100	

Virgílio Borges Pereira

Fonte: Inq. PEV.

QUADRO V — Ramo de actividade dà profissão principal, segundo o sexo e a idade dos agentes (valores relativos)

Ramo actividade	312	321	322	324	341	371	381	384	500	610	620	631	719	810	820	832	911	920	931	933	939	941	953	959	
Sexo															0,3	1,3			0,3	0,8		0,3	0,3	-	
Masculino																									0,3
Feminino																								0,3	0,8
Totais	0,3	26,8	1,8	1,5	0,3	0,8	0,3	1,8	3,9	1,5	4,4	2,3	2,1												
		22,9	14,7	0,3	0,5																				
																0,8	0,5	1	0,3	0,8	1				
	0,3	49,7	16,5	1,8	0,8	0,8	0,3	1,8	3,9	1,8	6,4	4,1	2,1	0,5	0,3	2,1	0,5	1,3	1	0,8	1,3	0,3	0,3	1	
Grupo etário																				0,3	0,5				
15-24 25-39	-							0,3	0,5	0,3	1,8	2,3	0,3							0,3	0,5				
40- 54 55- 64_65	-						0,3	1,5	0,8	0,5	1	0,8	0,5	0,5	0,3	1		0,3	0,8	0,3	0,5	0,3		0,8	
Totais	0,3															0,8		1			0,5	0,3		0,8	
																0,3									
	12,9	5,2	0,5	0,3	0,3																				
	20,6	8,8	1	0,3	0,3																				
	12,4	2,3	0,3	0,3	0,3																				
	0,3	49,7	16,5	1,8	0,8	0,8	0,3	1,8	3,9	1,8	6,4	4,1	2,1	0,5	0,3	2,1	0,5	1,3	1,1	0,8	1,3	0,3	0,3	1	

Fonte: . PEV.

Legenda:

312 Bebidas 2 alimentação

321 Indústria têxtil

322 Indústria do vestuário

324 Indústria do calçado

341 Indústria do papel

371 Indústria > básicas de ferro e

381 Indústria de produtos metálicos

384 Indústria material de transporte

50 Indústria da construção
61 Comércio por grosso
62 Comércio a retalho
63 Restaurantes e cafés
71 Serviços de transportes
81 Bancos
82 Seguros
83 Serviços às empresas

911 Serviços de Administração
Pública
920 Serviços de saneamento
931 Serviços de educação
933 Serviços de saúde
939 Outros serviços
941 Cinema, rádio e televisão
953 Serviços domésticos
959 Serviços diversos

Contudo, a relação que os agentes estabelecem com os dois sectores é substancialmente diferenciada consoante o respectivo sexo seja masculino ou feminino: os agentes do sexo masculino predominam na indústria têxtil — 53,9% dos agentes que têm ocupação neste sector —, enquanto que os agentes do sexo feminino constituem 89% dos agentes da indústria do vestuário.

Haverá, no entanto, que realçar que, por força da diferença de efectivos existente nos dois sectores, o volume de mulheres é maior na indústria têxtil não obstante a sua proporção ser maior na do vestuário. Por outro lado, sendo a proporção de jovens maior na indústria do vestuário — mais de 80% dos activos têm menos de trinta e nove anos —, é legítimo concluir ser este sector constituído fundamentalmente por mulheres jovens, ao contrário da indústria têxtil, onde ao predomínio masculino corresponde também um conjunto de activos ligeiramente mais envelhecido — 67,4% dos activos têm idade inferior aos referidos trinta e nove anos.

Da distribuição do conjunto restante de efectivos destaca-se sobretudo a importância do *comércio a retalho* — 6,4% —, a actividade em *restaurantes e cafés* — 4,1% — e o trabalho na *indústria da construção civil* — 3,9%. Os dois primeiros com predomínio masculino, mas com importantes presenças femininas e o último totalmente masculinizado, num cenário mais envelhecido para a construção civil e para o comércio a retalho do que para o ramo dos restaurantes e cafés.

Território com um volume de activos considerável, mas também com um efectivo de desempregados e de reformados a não esquecer, S. Jorge de Selho é uma freguesia que se caracteriza por possuir um tecido sócio-económico marcado e determinado pela indústria têxtil — não obstante também se encontrar alguma indústria de vestuário —, onde se assalariam efectivos substanciais de jovens e adultos-jovens e onde também é visível uma importante presença feminina.

Contudo, sabemos como as diferentes modalidades de relação com o trabalho — e de posicionamento nos processos por este gerados — implicam relações privilegiadas com lugares determinados e determinantes no acesso que garantem a recursos que (re)fazem os diferentes poderes definidores das famílias dos agentes sociais. É à visão abrangente desses lugares susceptível de ser produzida com base numa "grelha" de leitura específica da realidade social que recorreremos seguidamente para retratar as posições sociais locais.

3.3. Famílias de classe em S. Jorge de Selho

1. A leitura susceptível de ser construída com base na análise da estrutura do espaço das posições sociais alarga e clarifica o quadro traçado pelas indicações até aqui apresentadas. Com efeito, e dando maior consistência às características formuladas tendo em conta a relação com a actividade económica, o espaço das posições sociais locais possui uma configuração diferenciada onde se encontram presentes as três grandes *famílias de classe*: a Burguesia (B) — 3,4% dos grupos domésticos, reunindo 4,2% dos agentes sociais locais —; a Pequena-Burguesia (PB) — 44,4% dos grupos domésticos, 42,5% dos agentes —; e o Operariado (O) — 52,3% dos grupos domésticos, 51,3% dos agentes sociais; destacando-se, evidentemente, um claro predomínio operário, mas com uma presença pequeno-burguesa relevante.

A análise do mesmo espaço com a retenção da fracção de classe das mesmas famílias destaca uma realidade que, para além de mais diferenciada, dota de uma outra visibilidade o peso de cada uma das classes aqui identificadas.

QUADRO VI — Famílias de classe dos agentes sociais de S. Jorge de Selho -1996

Lugares de classe das famílias	Nº de Famílias		Total Homens		Total Mulheres		Total HM	
	Va	%	Va	%	Va	%	Va	%
BEP	6	3,4	15	2,1	15	2,1	30	4,2
PBIC	2	1,1	4	0,6	5	0,7	9	1,3
PBTEI	18	10,2	30	4,2	36	5,0	66	9,2
PBIP	10	5,7	15	2,1	22	3,0	37	5,1
PBPA	14	8	30	4,2	21	2,9	51	7,1
PBE	14	8	36	5,0	37	5,1	73	10,1
PBEP	20	11,4	36	5,0	34	4,7	70	9,7
01	70	39,8	159	22,1	161	22,4	320	44,4
OP	22	12,5	34	4,7	30	4,2	64	6,9
Totais	176	100	359	49,9	361	50,1	720	100

Fonte: Inq. PEV.

Com efeito, essa visibilidade e peso específico é desde logo evidente ao nível da Burguesia, classe que possui aqui efectivos — não muito elevados, quando comparados com as restantes famílias de classe ³¹ — exclusivamente afectos à sua fracção *empresarial e proprietária*, sintoma da presença real do patronato da indústria local, mas também significativo quer da estrutura familiar das organizações empresariais ³² — com acumulação de funções na empresa por parte dos membros do grupo doméstico do empresário —, quer da tendência, no caso das empresas de maior dimensão que contratam dirigentes profissionais, para a não fixação local dos agentes mais qualificados em poder e competências científico-técnicas.

Por outro lado, se prosseguirmos a análise com recurso ao exame da composição da Pequena-Burguesia, defrontamo-nos com um conjunto mais complexificado de famílias, num cenário de maior diversificação. Com efeito, as fracções de classe da PB identificadas na freguesia para além de indicarem a existência de estratégias diferenciadas de relacionamento, no interior do grupo doméstico, com a actividade económica, dão conta da reprodução de alguns dos traços da sócio-economia local até aqui apontados.

Da análise das famílias de classe características da PB local destaca-se um padrão claro de predomínio de duas grandes fracções: referimo-nos aos efectivos dos grupos domésticos de *empregados de execução pluriactivos* — PBEP —, 20 famílias, que representam 11,4% das mesmas (e reú-

³¹ Efectivos que são, no entanto, superiores aos que caracterizam outras freguesias do concelho. Cfr. a propósito o já citado estudo de A. Santos Silva sobre S. Torcato (1994: p. 264 e seguintes).

³² "Outra característica importante, tanto no passado como no presente, é a importância das relações familiares na constituição das sociedades e na gestão da empresa. As unidades industriais são constituídas, quase todas, por accionistas familiares (...) e a sua gestão está a cargo de alguns dos seus membros — o agregado familiar está na base da mobilização de capitais e na gestão do património industrial" (Marques, 1988: p. 77). Somente o cenário recente de transformação — por via da crise de algumas das empresas locais, sobretudo das têxteis verticais — da gestão fabril, com entrada de consórcios bancários e governamentais na gestão das mesmas, veio alterar parte do padrão descrito, sem que, no entanto, tenha uma tal circunstância trazido mudanças de relevo na estrutura social local: os quadros dirigentes não se fixam localmente; e as famílias burguesas tradicionais diversificam as suas actividades sempre que perdem o controlo sobre as suas empresas, permanecendo burguesas. Sobre a estrutura das empresas de Pevidém e da região do Ave, em particular, e da região Norte, em geral, pode consultar-se, respectivamente, o trabalho citado de Teresa Sá Marques e um dos mais recentes estudos de António Manuel Figueiredo, José Silva Costa e Mário Rui Silva (1994: pp. 5-48).

nem 70 agentes, 9,7% do total de homens e mulheres) e aos efectivos das famílias *técnicas e de enquadramento intermédio* — PBTEI —, 18 famílias, 10,2% (reunindo 66 agentes, 9,2%). Se a primeira fracção mencionada corresponde fundamentalmente a estratégias de actividade no comércio e nos serviços do elemento masculino do núcleo conjugal principal e a trabalho predominantemente industrial por parte do elemento feminino, os efectivos da segunda fracção correspondem de forma quase generalizada a famílias das chefias da indústria local, estruturadas em torno de um lugar que tem, frequentemente, por base a trajectória ascendente do trabalho operário masculino e a permanência do trabalho operário do elemento feminino do núcleo conjugal principal.

Da composição das famílias da PB local destaca-se igualmente, ainda que com um volume menos expressivo do que o das famílias anteriormente mencionadas, a importância — de resto, já anunciada pelos efectivos da PBEP — das famílias de *empregados de execução* — PBE —, assim como o conjunto de grupos domésticos que conjugam o *assalariamento com pequena propriedade* ou com *trabalho independente* — PBPA. Um e outro dos conjuntos com a presença de 14 grupos domésticos representam 8% do total das famílias. Contudo, a PBE reúne um conjunto mais numeroso de agentes, 73 agentes vivem em famílias da PBE — 10,1% —, enquanto que o número para a PBPA é menor, 51 agentes — 7,1%. De resto, a PBE é a fracção de classe com o maior conjunto de agentes da PB, ultrapassando mesmo a PBEP.

Nos efectivos da PB local convirá também relevar dois processos, dizendo ambos respeito, ainda que revestidos de diferentes matizes, a fenómenos de presença reduzida ou mesmo de total apagamento classista.

No primeiro destes casos estará, flagrantemente, a fracção *intelectual e científica* da PB — PBIC —, num evidente prolongamento quer da tradição industrial da freguesia, incapaz de endogeneizar profissionais altamente qualificados, ou de fixar aqueles que contrata, com o registo de apenas 7 grupos domésticos — 1,1% —, envolvendo apenas 9 agentes — 1,3% (na prática, as famílias de médicos e de alguns professores que aqui habitam na sequência da construção da Escola C+S de Pevidém³³) — e, ainda que numa proporção substancialmente diferente, a sua fracção *proprietária independente* — PBIP —, composta localmente sobretudo por

³³ Famílias que, frequentemente, têm a sua origem na própria freguesia e que depois de uma (rara, mas bem sucedida e) prolongada trajectória escolar e profissional regressam ao seu local de origem.

pequenos comerciantes e trabalhadores por conta própria na área dos pequenos serviços, registando 10 grupos domésticos, 5,7%, e 37 agentes, 3,1% — o segundo efectivo mais reduzido da PB e o terceiro, depois da PBIC e da BEP, no total das fracções.

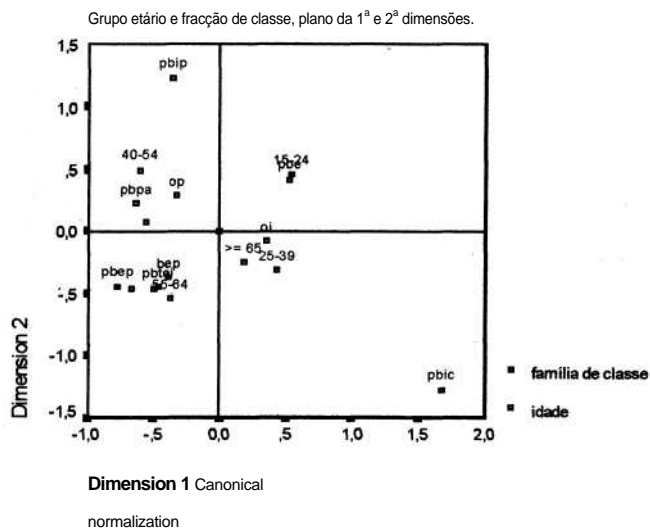
No segundo caso, está o não registo da presença de famílias com ligação à agricultura. Com efeito, e de acordo com os resultados da pesquisa efectuada, não foi possível encontrar não só qualquer grupo doméstico susceptível de ser definido como de campesinato tradicional, como também não se registou qualquer família onde existam ou existissem activos ligados à agricultura, ainda que no quadro restrito da profissão complementar. A explicação para um tal processo, já desvendada na apresentação inicial do território como "área urbano-industrial" e no exame dos registos da relação dos activos com a profissão principal, é agora confirmada a um nível mais abrangente, com um registo inequívoco de uma ausência nem sempre tida em devida conta no estudo de determinadas franjas territoriais do Vale do Ave³⁴.

Adivinha-se, então, a enorme importância de uma industrialização feita com base na constituição de um importante contingente operário, sem ligação à agricultura, na explicação de uma tal circunstância. Com efeito, e como testemunham os resultados expressos no Quadro VI que temos vindo a analisar, o espaço social local é na sua esmagadora maioria constituído por famílias de *operariado industrial* — OI —, 70 famílias, 39,8%, reunindo um impressionante efectivo de 320 agentes, 44,4%, sendo também importante reter o conjunto de famílias de *operariado pluriactivo* — OP —, 22 famílias, 12,5%, num total de 64 agentes, 6,9%. Se o OI representa a proletarização generalizada dos membros, activos ou ex-activos, do agregado doméstico — para todos os efeitos, ainda a estratégia predominante localmente nas modalidades de relação com o trabalho —, os efectivos do OP, para além de identificarem estratégias de pluriactividade na indústria por parte de alguns membros do grupo doméstico, representam também uma tendência, ainda que menos efectiva, para a interrelação doméstica entre trabalho industrial masculino e emprego terciarizado (de execução) feminino.

³⁴ A este propósito será importante registar que os grandes proprietários das parcelas agrícolas da freguesia são os patrões das fábricas, devendo ter-se em conta, por exemplo, a circunstância de a maior quinta da freguesia não ser propriedade de um agricultor a tempo inteiro.

2. Do ponto de vista da vitalidade demográfica associada a cada uma das fracções de classe mencionadas é possível destacar — através de uma análise de correspondências entre estas e o respectivo grupo etário — algumas tendências associativas, cujo alcance será importante ver apresentado.

GRÁFICO II — Análise de correspondências



N=720

Iª dimensão: 45,2%

V dimensão: 22,5%

Mediante a retenção dos resultados apresentados no Gráfico II — plano da primeira e segunda dimensões da análise, num total de variância explicada de 67,7%, sendo a proporção de variância da primeira dimensão de 45,2% e a da segunda de 22,5% —, é possível verificar, no âmbito da primeira dimensão, uma clara oposição entre os grupos etários jovem e adulto-jovem (com uma importância menor, mas ainda de registar, do grupo dos mais velhos), aos grupos infantis e adulto (grupo etário dos 40-54 anos e dos 55-64), associando-se ao primeiro pólo da oposição etária a PBIC, a PBE e o OI e as restantes fracções ao segundo pólo; a segunda dimensão destaca fundamentalmente o grupo jovem e adulto dos restantes — sobretudo dos adultos mais velhos —, associando a si a PBIP, também a PBE, o OP e a PBPA, num cenário de clara oposição à PBIC e à PBTEL

Assim, o locamente dominante 01, para além de uma fracção de classe sensível à juventude, é sobretudo marcado pela condição adulta-jovem — ainda que o envelhecimento esteja mais próximo desta fracção do que das restantes (o que não será, de resto, muito surpreendente se tivermos em conta a história local). Já a segunda fracção de classe mais numerosa em agentes, a PBE, é a que mais se caracteriza pela juventude, aproximando-se, por seu lado, a localmente pouco relevante PBIC das características principais apontadas tanto para o 01 como para a PBE.

Diferindo deste padrão de correspondência, a PBPA e o OP, assim como a PBIP, associam-se ao grupo dos adultos com idades situadas entre os 40 e os 54 anos, enquanto que a PBEP, a PBTEI e a BEP se associam ao grupo mais envelhecido dos adultos, sintoma, sobretudo no caso das duas últimas fracções, por um lado e no caso da PBTEI, da trajectória ascendente realizada no interior da indústria, e por outro e no caso da BEP, da antiguidade relativa das famílias do patronato local.

3. Estamos perante um território inevitavelmente marcado pela indústria, já sem ligações evidentes à agricultura e onde o espectro de classes e fracções de classe em presença, para além de claramente determinado por aquela, consagra evidentes diferenciações sociais.

Tanto a relação privilegiada com a indústria como as correlativas diferenciações sociais são visíveis através da análise das origens de classe de cada um dos grupos domésticos aqui presentes.

O exame da origem das famílias de classe, aferido, num primeiro momento, através da análise do lugar de classe do avô paterno (Quadro VII) confirma a importância da estruturação — do ponto de vista geracional — antiga de posições sociais definidas pela indústria, com progressiva diminuição do peso relativo e absoluto das actividades ligadas à agricultura ou mesmo à produção independente. Com efeito, não só os lugares de classe dos avós paternos são maioritariamente 01 — a que se acrescenta a importância da PBTEI e da BEP como agentes da transformação industrial —, como também se verifica um peso não muito expressivo dos agentes do campesinato (PBA).

De resto, a análise da fracção de classe de origem de cada uma das famílias em presença (Quadro VIII) testemunha, precisamente, a acentuação desta tendência para um agravamento da importância das fracções de classe ligadas à indústria. Mais especificamente, 51,7% dos grupos domésticos estudados tem origem no 01 e 13,6% na PBTEI — para destacar apenas os lugares localmente mais evidentemente estruturados em torno

(Dis)Posições sociais num *campo* determinado pela indústria

QUADRO VII — Lugar de classe da família por família de classe do avô paterno (valores relativos)

Lugar de classe da família	Lugar de classe da família do avô paterno							
	BEP	PBIC	PBTEI	PBIP	PBA	PBE	01	OA
BEP	-	-	-	-	3,1	1	-	-
PBIC	1	1	-	-	-	-	-	-
PBTEI	1	-	2	1	4,1	-	2	-
PBIP	2	-	-	1	2	1	2	-
PBPA	2	-	1	3,1	-	-	1	-
PBE	-	1	-	2	1	1	5	-
PBEP	-	-	1	3,1	2	4	4	-
01	1	-	4,1	4,1	3,1	3	14,3	1
OP	-	-	1	2	1	2	7,1	-
Totais %	7,1	2	9,2	16,3	16,3	12,2	35,7	1
Va	7	2	9	16	16	12	35	1

Fonte: Inq. PEV.

QUADRO VIII — Lugar de classe da família por família de classe de origem (valores relativos)

Lugar de classe da família	Lugar de classe da família de origem									01	OP
	BEP	PBIC	PBTEI	PBIP	PBA	PBPA	PBAP	PBE	PBEP		
BEP	0,6	-	-	-	0,6	-	-	0,6	-	1,7	-
PBIC	-	-	0,6	-	-	-	-	0,6	-	-	-
PBTEI	1,1	-	4	-	-	-	-	0,6	-	4,5	-
PBIP	0,6	-	0,6	1,1	1,1	0,6	-	0,6	-	14	-
PBPA	1,1	-	-	1,7	-	0,6	-	0,6	-	4	-
PBE	0,6	-	1,1	0,6	-	1,7	-	-	-	2,3	-
PBEP	0,6	0,6	1,1	0,6	-	1,7	-	0,6	1,1	5,1	-
01	-	-	5,7	-	1,1	2,8	0,6	1,1	1,7	26,1	0,6
OP	-	-	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	1,1	6,8	1,1
Totais %	4,5	0,6	13,6	4,5	3,4	8	1,1	5,1	5,7	51,7	1,7
Va	8	1	24	8	6	14	2	9	10	91	3

Fonte: Inq. PEV.

das actividades secundárias e que respondem por mais de 65% das origens sociais (materializando, por ordem de importância, a primeira e segunda origens de classe). Por outro lado, o mencionado apagamento das presenças sociais relativas à PBIC e à BDP é agora duplamente confirmado pela ausência de origens sociais em qualquer uma das fracções. Acrescente-se ainda a diminuição do peso da PBIP a favor da estruturação de posições que associam a pequena propriedade ao assalariamento — reter a propósito que a PBPA é a terceira origem de classe mais importante na freguesia —, não havendo evidências directas de que o esvaziamento progressivo a que a PBA local esteve em tempos sujeita ³⁵ — actualmente, apenas 3,4% das origens — tenha passado pela estruturação perene de lugares de classe como a PB AP — 1,1% das origens.

A importância estrutural da industrialização local, historicamente processada, como se tem vindo a assinalar, através da proletarização massiva de um conjunto significativo da população, é claramente evidenciada através da análise das origens sociais de cada uma das fracções de classe em presença.

Com efeito, do total das famílias de classe, apenas uma fracção — a PBIC — não regista um comportamento semelhante ao que caracteriza o

³⁵ Do ponto de vista da estruturação das gerações sucessivas de famílias de classe, parece aplicar-se aqui a fórmula desenhada por M. Filomena Mónica para explicar, durante o final do século XIX e o início do século XX, a saída da agricultura e a entrada na fábrica de volumes crescentes de famílias camponesas: %.. Em Portugal, nunca houve resistência à entrada para as fábricas, pois qualquer salário, por mais baixo que fosse, parecia imenso a uma população com uma fome ancestral. Alguns camponeses deslocavam-se em família para as fábricas (...)" (Mónica, 1986: p. 192). No mesmo sentido se pronuncia Alice Ingerson: "A sociologia popular refere que os tecelões no Minho eram essencialmente camponeses, voluntariamente marginais à agitação social das "áreas urbanas (...). Todavia, esses tecelões rurais não eram os míticos camponeses fortes ingleses e raramente tinham suficiente independência económica que lhes permitisse recusar trabalho mal pago. (...) Nos finais do século XIX, os tecelões rurais eram proletários nitidamente dependentes de salários. O trabalho nas fábricas constituía para esses trabalhadores uma ascensão na escala social e económica, tal como tinha sido para os tecelões ingleses e escoceses que pretendiam empregar os seus filhos nas fábricas" (Ingerson, 1982: p. 1486). Noutras localidades do Ave e do próprio concelho de Guimarães — pensemos em São Torcato — em contextos de industrialização difusa, verificam-se ainda situações de resistência camponesa à proletarização: segundo Santos Silva, para muitas famílias de origem claramente camponesa, "(•••) A inserção operária mais favorável, na lógica da estratégia familiar, é o assalariamento *incompleto* e, idealmente, *transitório*, operários (...) em tanto melhor condição quanto *menos* operários ('puros') forem" (1994: p. 325). Sobre a relação entre o campesinato e a industrialização pode consultar-se o trabalho de Madureira Pinto (1985).

restante conjunto: do ponto de vista da origem de classe de cada uma das famílias, a fracção com um peso dominante é o OI.

Contudo, este peso estatístico do Operariado não significa um fluxo de mobilidade ascendente generalizado. As origens sociais da BEP e da totalidade das fracções da PB local — e não obstante a importância mencionada do OI — estão maioritariamente fora do Operariado, num claro contraste com as origens deste último, uma vez que tanto o OI como o OP têm o proletariado como principal lugar de nascimento: o OI, por exemplo, reproduz-se em 66% dos casos documentados.

Mas, atentemos especificamente nas origens de cada uma das fracções.

As origens sociais da BEP apresentam-se aqui estruturadas em torno do OI, mas também, ainda que em menor grau, em torno de posições pequeno-burguesas e também na própria BEP. No seguimento das propriedades documentadas sobre o patronato local ³⁶, este estará sujeito a uma dupla estruturação que não deixará de ter na sua base os ritmos de institucionalização do movimento de industrialização local (Marques, 1988: pp. 80-83): se às actuais origens operárias, ou na PB, corresponderá um movimento da história industrial local posterior a 1974, marcado pelo investimento potencial no sub-sector do vestuário (ou, eventualmente, dos couros e curtumes) e resultante da estratégia de agentes que — nas palavras de um dos nossos informantes —, "com crise e com tudo, mas vendo tantos a safarem-se, resolvem arriscar", às origens na Burguesia estará, necessariamente, associado um momento da história local estruturado em torno da centenária tradição de investimento na têxtil ³⁷ — anterior, obviamente, a 1974.

³⁶ "Tanto no passado como no presente a tradição regional Têxtil é o factor mais mencionado pelos empresários quando questionados sobre as razões que os levaram a investir neste ramo e nesta região. Entre os 'novos e velhos' fundadores das empresas locais predominam mobilidades ascendentes de assalariados, não necessariamente de cargos de supervisão da produção ou de administração ou comercialização, não sendo raro a associação entre familiares e/ou colegas de trabalho com vista a uma complementaridade de especializações. (...) Toda uma cultura e uma técnica industrial Têxtil parece ser o ambiente social destes ex-assalariados ou filhos ou netos de ex-assalariados actualmente empresários" (Marques, 1988: p. 77).

³⁷ É, contudo, possível verificar que algumas das origens dos fundadores destas pequenas dinastias industriais se encontram, não raro, em famílias operárias. Atente-se, por exemplo, na biografia de um dos mais destacados industriais locais, Albano Coelho Lima, fundador da Coelima, que começou a sua actividade industrial depois de uma prolongada experiência operária. Cfr. igualmente a nota anterior.

Por outro lado, os raros lugares de classe registados na PBIC, e como já tinha ficado expresso, têm origens na PB. Contudo, sabendo-se como os lugares de classe em causa implicam uma maximização de capitais culturais pouco provável de se ver realizada localmente, tendo em conta a configuração da relação local com a escola (cfh ponto seguinte), as origens de classe da PBIC situam-se na PBTEI e na PBE, fracções que, contrariamente a um campesinato ou a um OI, procuram dotar-se de competências que passam pelo domínio simbólico da prática valorizado escolarmente — ainda que essa procura seja mediatizada por uma geração.

A PBTEI da freguesia é fundamentalmente constituída pela figura do "encarregado" da indústria têxtil e, ainda que menos frequentemente, pela "encarregada" de confecção. Tendo em conta a estrutura das empresas da região, sabe-se que todo o processo de aprendizagem da profissão que resulta na posição de chefia é feito "na tarimba", em pleno posto de trabalho — como, de resto, a generalidade das profissões localmente dominantes —, sem recurso generalizado a instituições de ensino/ formação, integrando obrigatoriamente tal aprendizagem momentos de trabalho operário. Não será, portanto, motivo de interrogação verificar a existência de um peso importante de famílias da PBTEI que têm origens no OI. Não sendo também pouco provável verificar o registo de origens que partem já da mesma fracção, num movimento evidente de reprodução social: a posição que a figura do encarregado ocupa localmente é, normalmente, garantia de uma melhoria de vida para os agentes socializados nas suas famílias, ainda que muitos dos respectivos filhos passem nas suas trajectórias profissionais por períodos iniciais de trabalho operário e só depois progredam para posições de chefia.

Por sua vez, as origens da PBIP são das menos marcadas pelo OI — em termos comparativos, a origem no OI é tão importante como a da própria PBIP —, sendo também uma das fracções que consegue ter um dos conjuntos mais diversificados de origens sociais — processo que poderá passar pelo ideal localmente generalizado, mas sempre de difícil concretização (a fragilidade dos efectivos da PBIP assim o indicia), de "estabelecer-se por conta própria" como forma de libertação dos constrangimentos inerentes ao trabalho na fábrica e à provável proletarização que este implica.

O volume de agentes da PBPA representa explicitamente essa dificuldade, dada a fragilidade de um "negócio" iniciado que não dispensa o assalariamento de pelo menos um dos membros do grupo doméstico. Uma

fragilidade reforçada por heranças de socialização muito sensíveis ao OI — estas origens são as mais importantes para a PBPA, não obstante existirem grupos domésticos seus com socializações realizadas fora do OI (a PBIP, a PBPA e, numa clara trajectória descendente, a própria BEP).

A PBE e a PBEP são, juntamente com a PBIP, das fracções de classe menos operárias nas origens que possuem — a PBE é-o, no entanto, muito menos.

Possível sintoma do mais recente movimento de terciarização efectiva da economia local, assim como das dificuldades de definição a que a PBE é submetida — com proximidade de classe ao OI, não obstante o esforço contínuo de demarcação³⁸ —, esta fracção demonstra uma notável dificuldade em reproduzir o respectivo lugar (não existem grupos domésticos da PBE com origens na respectiva fracção de classe), tendo antes como principais grupos domésticos de origem famílias onde avultam, para além do OI, a PBPA e a PBTEL

Por outro lado, a PBEP, estruturada, como tivemos já ocasião de mencionar, em torno do trabalho operário feminino e do trabalho terciarizado masculino, para além de mais velha do que a PBE, é muito mais marcada por origens operárias, ainda que possua, em efectivos semelhantes aos da PBE, origens na PBPA e na PBTEI e registe, igualmente, quer a ausência de origens ligadas ao campesinato, quer a presença de origens burguesas.

Ainda que, devido às fragilidades do tecido industrial local ou a uma possível (contudo, improvável) ineficácia do título escolar, as posições mais dotadas em capitais — económico, cultural, social e respectivas combinações —, sejam difíceis de sustentar, não se pode negar a frequência com que estas tendem a garantir recursos mais alargados aos agentes socializados nos quadros das respectivas famílias.

Com efeito, e neste sentido, e ao contrário das famílias pertencentes às restantes fracções, não se encontra qualquer família OI ou OP que possua origens sociais situadas nas posições localmente mais favorecidas do espectro classista, ou seja, na BEP e na PBIC. Ambas as fracções de classe possuem efectivos com origens de classe substancialmente endogeneizadas: a reprodução do lugar de classe operário efectua-se em quase

³⁸ Uma leitura sobre as propriedades mais estruturadas deste esforço de demarcação pode encontrar-se em Bourdieu (1979a: 404-409) e em Tilman (1984: pp. 97--107).

70% das famílias de classe O1, sendo idêntica a proporção no OP (ainda que menor em cerca de 10%). A esta configuração haverá somente a acrescentar uma pequena introdução de diversidade representada pelos efectivos do O1 que possuem origens sociais na PBTEI e na PBPA.

Em suma, no que diz respeito às trajectórias de mobilidade e/ou reprodução a que as fracções de classe localmente existentes estão sujeitas é, então, possível concluir da existência de, pelo menos, duas grande tendências. Uma primeira relaciona-se com a predominância do O1 como fracção de classe de origem da grande maioria dos grupos domésticos — num testemunho efectivo da penetração industrial no território, confirmado, de resto, pelo exame do lugar de classe da geração anterior à das actuais famílias de origem. Uma segunda tendência envolve o valor relativo do predomínio das origens operárias, já que as famílias de classe da freguesia têm uma relação mais privilegiada com o O1 consoante o respectivo lugar de classe de pertença: com efeito, e por um lado, nenhuma fracção de classe é tão marcada pelas origens no O1 como o próprio O1 — nenhuma se reproduz tão fortemente! —, estando, por outro lado, o "movimento" das demais fracções, nomeadamente as pertencentes à PB, sujeito sobretudo a trajectórias intraclassistas (não obstante o predomínio O1).

4. Da (re)produção de frágeis capitais escolares

A história recente da educação em Portugal estará sujeita a um desenvolvimento passível de ser classificado em duas grandes configurações sociais: uma primeira "(•••)" que nos anos cinquenta mantinha ainda o essencial dos seus traços, manifestava, paralelamente a índices expressivos de sub-desenvolvimento, níveis particularmente elevados de analfabetismo (mesmo no conjunto da população activa) e uma procura de bens escolares muito baixa (parcialmente não satisfeita pelas redes de ensino existentes) por parte das classes populares e de largas camadas das classes médias". Uma segunda configuração, "(...)" em formação desde o início dos anos setenta, caracteriza-se por uma extensão rápida da escolarização aos níveis primário e secundário; implica e pressupõe valores de procura de títulos escolares cada vez mais elevados, mesmo em grupos sociais tradicionalmente retraídos perante a escola" (Pinto, 1988: pp. 40-41).

A análise da composição dos capitais escolares ³⁹ dos agentes sociais de S. Jorge de Selho aproxima-os fortemente de uma configuração, ainda que tendo em conta a mencionada extensão a que o processo de escolarização esteve sujeito em Portugal, muito marcada por alguns dos traços específicos do primeiro momento apresentado.

Com efeito, um contingente superior a 50% da população da freguesia possui um nível de escolaridade igual ou inferior à antiga 4.^a classe: apesar de 38,9% dos agentes possuírem um tal grau completo, será importante registar que 14,8% dos mesmos agentes nunca o fizeram, existindo uma taxa de *analfabetismo* literal de 7,8%. Assim, o completar do *ensino primário* é, para uma maioria substancial de agentes sociais locais, o limiar da experiência escolar, sendo o conjunto dos agentes que acumulam capital escolar em momentos posteriores àquele muito menor.

A este propósito, haverá a registar três grandes tendências: uma primeira envolve o conjunto dos agentes que completaram o *segundo ciclo do ensino básico* — 15% —, a que podemos associar, numa prova evidente do volume de insucesso escolar que marca o trajecto na escola de um conjunto importante da população, os agentes que abandonaram os estudos sem completar o *terceiro ciclo* — 8,9%; uma segunda tendência diz respeito aos agentes que completaram o terceiro ciclo do ensino básico — 8,9% —, assim como aos agentes que prolongam a escolaridade por momentos subsequentes à actual escolaridade obrigatória, procurando finalizar o *ensino secundário* — 9,3% —, havendo, no entanto, que reter o facto — mais um indicador de insucesso escolar — de apenas cerca de metade deste efectivo chegar a terminar o ciclo de estudos — 4,7% —; uma terceira tendência envolve o conjunto muito reduzido de agentes que

³⁹ Segundo Pierre Bourdieu, "Ao conferir ao capital cultural possuído por um agente um determinado reconhecimento institucional, o título escolar permite além disso comparar os titulares (...); permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital económico ao garantir o valor em dinheiro de um capital escolar determinado. Produto da conversão do capital económico em capital cultural, ele estabelece o valor sob a relação do capital cultural do detentor de um título determinado pela relação com os outros detentores de títulos e inseparavelmente em dinheiro contra o qual ele pode ser trocado no mercado de trabalho — o investimento escolar não tendo sentido sem que um mínimo de reversibilidade da conversação que ele implica seja objectivamente garantida" (1979b: p. 6). Sobre a importância da escola na configuração da competência de comunicação dos agentes sociais e dos respectivos *códigos, elaborados ou restritos*, cfr. Bernstein (1972; 1975).

frequentam o *ensino médio* ou *superior* — atente-se que apenas 1,3% da população local completa uma licenciatura.

Contudo, algumas destas tendências gerais afectam diferentemente os agentes sociais em presença.

Começando pelo *analfabetismo*, verifica-se que este é sobretudo uma característica feminina que atinge fundamentalmente os grupos etários mais velhos (avultando, por isso, na categoria dos reformados) e o operariado. Um padrão, de resto, muito semelhante ao que caracteriza os agentes que não chegaram a completar o *ensino primário*, também ele feminizado, envelhecido e marcado pelo operariado. No que diz respeito à inserção classista dos agentes em situação de analfabetismo ou que não chegaram a completar o primeiro ciclo será importante ter em conta que apenas a PBIP e a PBE não têm agentes em tais circunstâncias, processo que poderá ter como explicação, para o primeiro caso, a necessidade de existência de um mínimo domínio de competências para o desenvolvimento da actividade independente, e, no segundo caso, os efeitos do alargamento da escolaridade no contingente jovem que compõe a fracção.

Por sua vez, o mais volumoso efectivo, aquele que diz respeito aos agentes que possuem o *primeiro ciclo do ensino básico* completo, se não possui uma grande diferenciação em termos sexuais, já do ponto de vista etário parece estar sobretudo concentrado nos grupos adultos e envelhecidos (sintoma de que a juventude tende a cumprir os níveis posteriores da escolaridade obrigatória entretanto alargada). A grande maioria dos agentes que trabalham possui este nível de escolaridade — o que é, mais uma vez, um revelador importante das fragilidades a que a formação dos agentes estará sujeita; atente-se que o contingente de desempregados tem também este nível de escolaridade como principal. Por outro lado, para a grande maioria das fracções de classe — de registar, pelo seu relevo, os efectivos do 01 e da PBTEI — este nível de escolaridade é o mais representado (a excepção a esta regra é obviamente a localmente pouco presente PBIC). As razões para um tal facto terão, necessariamente, que ser procuradas na saída da escola imediata à obtenção do "*diploma do primeiro grau*" seguida de uma entrada precoce no mercado de trabalho: com efeito, mais de 40% da população inquirida começou a trabalhar com idades iguais ou inferiores a 12 anos (15% da população começou mesmo com idade inferior) — concentrando-se este efectivo nos agentes adultos e velhos.

Capital escolar	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Secundário Completo	Ensino Secundário Incompleto	3.º Ciclo EB Completo	3.º Ciclo EB Incompleto	2.º Ciclo EB Completo	2.º Ciclo EB Incompleto	1.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	Sabe Ler e Escrever	Não Sabe Ler nem Escrever										
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	-	-	-	-	-	-	-		
Sexo																							
Masculino															48,0								
Feminino															295								
															52,0								
															320								
															(n=615)								
Grupo etário																							
15-24															25,0								
25-39															154								
40-54															28,3								
55-64															174								
;>65															23,1								
															142								
															10,2								
															70								
															12,2								
															75								
															(n=615)								
Condição perante o trabalho																							
Incapacitado permanente															0,3								
Reformado Doméstica															2								
Desempregado Trab-estuda															17,2								
Estuda Trabalha															106								
															3,6								
															22								
															6,8								
															42								
															0,5								
															3								
Fracção de classe da família																							
BEP PBIC PBTEI PBIP															8,8								
PBPA PBE PBEP 01 OP															54								
Totais															62,8								
															386								
															(n=615)								
															3,6								
															22								
															1,5								
															9								
															9,3								
															57								
															5,0								
															31								
															6,8								
															42								
															11,1								
															68								
															8,5								
															52								
															45,2								
															278								
															8,9								
															55								
															100								
															615								
	0,7	0,5	0,2	2,1	2,1	5	4,7	7,8	1,3	19,3	1,5	0,7	2,1	-	-	-	0,2	-	-	0,2	0,3		
	0,7	0,5	0,2	2,6	2,4	3,9	4,2	7,2	0,3	19,5	4,2	0,7	5,7	-	-	-	0,2	-	0,2	0,5	0,3		
														-	0,2	-	-	-	-	-	-		
	0,2	0,3	0,2	2,4	3,1	5,2	4,7	5,7	1,1	2,1	-	-	-	0,2	0,5	-	1,0	2,4	2,3	2,0	0,2		
	1,1	0,5	-	2,3	1,3	2,8	2,4	6,7	0,5	10,6	0,2	-	-	1,1	0,2	0,2	3,4	2,0	6,5	6,2	13,8		
	-	-	-	-	0,2	0,8	1,6	1,8	-	14,8	2,9	0,3	0,7										
	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,5	-	6,5	1,5	0,5	2,1	-	0,2	-	0,3	0,3	-	0,5	0,7		
	-	0,2	0,2	-	-	-	-	0,3	-	4,9	1,1	0,5	5,0										
														1,3	-	-	-	-	-	-	-		
														-	0,2	0,2	0,7	0,2	0,7	0,7	1,0		

(Dis)Posições sociais num campo determinado pela indústria

-	-	-	0,8	Totais									
-	0,2	-	0,7	0,5	1,0	0,7	0,2	-	3,1	0,2	0,2	0,3	
-	-	0,2	1,1	1,1	2,0	1,0	2,4	0,2	2,9	0,2	-	-	
-	0,3	-	0,3	0,5	0,3	0,8	1,0	-	4,6	0,2	-	0,5	
-	0,2	-	0,7	1,0	4,1	4,4	8,6	1,0	16,1	3,3	0,8	5,2	
-	-	-	0,2	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5	3,6	1,1	0,3	1,0	
1 3	1 0	0 3	4 7	4 6	8 9	8 9	15 0	1 6	38 9	5 7	1 3	7 8	
8	6	2	29	28	55	55	92	10	239	35	8	48	

Fonte: Inq. PEV.

Os níveis de escolaridade superiores ao primeiro ciclo do ensino básico, tanto o segundo como o terceiro, completos ou não, são tendencialmente mais visíveis nos agentes do sexo masculino do que nos agentes do sexo feminino. Reverso da situação até aqui apresentada, estes níveis de escolaridade são característicos dos agentes mais jovens — adultos, ou não — que se encontram já a trabalhar. Por outro lado, no que diz respeito ao protagonismo de classe associado a cada um destes níveis de escolaridade, é possível verificar alguma sensibilidade das diferentes fracções ao aumento do número de anos de escolaridade obrigatória. Uma tendência que, por força do efectivo global, é bastante visível no 01, mas a que as fracções da PB acabam por responder mais consequentemente, uma vez que, tendo efectivos mais reduzidos, tendem a ter os seus agentes (frequentemente em proporções idênticas à daquela fracção) não só nos níveis da escolaridade obrigatória, mas sobretudo nos níveis relativos ao *ensino secundário*: em termos comparativos, a actual escolaridade obrigatória acaba praticamente por se tornar numa barreira que a generalidade dos agentes operários não consegue transpor (havendo a registar uma importante semelhança com este comportamento por parte da PBEP)⁴⁰, num claro contraste com os agentes da PBE, da PBIP, da PBTEI ou da PBPA — possível indicador das fragilidades da Burguesia local, os capitais escolares da BEP revelam-se pouco qualificados.

Não obstante as transformações da realidade educativa do país, com melhorias ao nível da dotação infraestrutural, assim como nos limites alargados da escolaridade obrigatória, tudo indica não ter sido ainda possível quebrar efectivamente — e aqui, *efectivamente*, querera dizer escolarizar os agentes para além do obrigatório — os ciclos de reprodução da destituição escolar que caracterizam, há muitas gerações, o território. Um tal cenário é plenamente evidenciado pelo exame do capital escolar dos ascendentes dos agentes sociais da freguesia.

⁴⁰ A este propósito, cfh a seguinte afirmação de D. Bertaux: "Para dizer as coisas brutalmente, a questão é saber se sim ou não uma família operária de três filhos pode permitir-se prolongar os estudos dos filhos para além da idade da escolaridade obrigatória, o que significa não só que não recebe o rendimento que eles trariam se trabalhassem, mas também que tem de se encarregar da sua produção antroponómica durante todo esse tempo" (1978: p. 211).

(Dis)Posições sociais num *campo* determinado pela indústria

QUADRO X — Capital escolar do agente, segundo o capital escolar do avô paterno

Capital escolar avô paterno	3.º Ciclo EB Incompleto	1.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	Sabe Lere Escrever	Não Sabe Ler nem Escrever	Totais
Capital escolar do agente						
Ensino Superior Completo	-	2	-	-	-	2
Ensino Sec. Completo	-	3	1	-	3	7,1
Ensino Sec. Incompleto	1	1	-	3	1	6,1
3.º Ciclo EB Completo	-	4	-	2	2	8,1
3.º Ciclo EB Incompleto	-	4	-	2	3	9,1
2.º Ciclo EB Completo	-	4	-	3	6,1	13,1
2.º Ciclo EB Incompleto	-	1	-	-	1	2
1.º Ciclo EB Completo	-	11,1	2	5,1	23,2	41,4
1.º Ciclo EB Incompleto	-	1	-	2	1	4
Sabe Ler e Escrever	-	-	1	-	-	1
Não Sabe Ler nem Escrever	-	2	-	1	3	6,1
Totais	1	33,3	4	18,2	43,4	100
	1	33	4	18	43	99

Fonte: Inq. PEV.

QUADRO XI — Capital escolar do agente, segundo o capital escolar do pai

Capital escolar do pai	Ensino Médio Completo	3.º Ciclo EB Completo	3.º Ciclo EB Incompleto	1.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	1.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	Sabe Lere Escrever	Não Sabe Ler nem Escrever	Totais
Capital escolar do agente										
Ensino Superior Completo	0,6	-	-	0,6	-	-	-	-	-	1,2
Ensino Médio Completo	-	-	-	-	-	0,6	-	-	-	0,6
Ensino Sec. Completo	-	-	-	-	-	4,6	-	0,6	-	5,2
Ensino Sec. Incompleto	-	-	0,6	1,2	-	2,9	-	-	-	4,6
3.º Ciclo EB Completo	-	1,7	-	-	0,6	6,9	-	0,6	-	9,8
3.º Ciclo EB Incompleto	-	-	0,6	-	-	6,4	-	0,6	0,6	8,1
2.º Ciclo EB Completo	-	-	-	0,6	-	8,7	-	1,7	1,7	12,7
2.º Ciclo EB Incompleto	-	-	-	-	-	2,9	-	-	0,6	3,5
1.º Ciclo EB Completo	-	-	-	-	-	17,9	4	6,9	9,8	38,7
1.º Ciclo EB Incompleto	-	-	-	-	-	1,2	1,7	1,2	4,6	8,7
Sabe Ler e Escrever	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-	1,2
Não Sabe Ler nem Escrever	-	-	-	-	-	2,9	-	1,2	1,7	5,8
Totais	0,6	1,73	1,2 2	2,34	0,61	54,9 95	6,9 12	12,7 22	19,1 33	100 173

Fonte: Inq. PEV

Virgílio Borges Pereira QUADRO XII — Capital

escolar do agente, segundo o capital escolar da mãe

Capital escolar da mãe	3.º Ciclo EB Compelo	3.º Ciclo EB Incompleto	2.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	1.º Ciclo EB Completo	1.º Ciclo EB Incompleto	Sabe Ler e Escrever	Não Sabe Ler nem Escrever	Totais
Capital escolar do agente									
Ensino Superior Completo	-	-	-	-	U	-	-	-	1,1
Ensino Médio Completo	-	-	-	-	0,6	-	-	-	0,6
Ensino Sec. Completo	-	-	-	-	4	-	-	1,1	5,1
Ensino Sec. Incompleto	-	0,6	0,6	-	2,3	0,6	-	0,6	4,6
3.º Ciclo EB Completo	0,6	-	-	0,6	6,3	1,7	-	0,6	9,7
3.º Ciclo EB Incompleto	-	-	-	-	4,6	1,7	0,6	1,1	8
2.º Ciclo EB Completo	-	-	0,6	-	5,1	1,1	0,6	5,1	12,6
2.º Ciclo EB Incompleto	-	-	-	-	1,7	0,6	-	1,1	3,4
1.º Ciclo EB Completo	-	-	-	-	9,1	1,7	5,1	22,9	38,9
1.º Ciclo EB Incompleto	-	-	-	-	0,6	0,6	1,1	6,3	8,6
Sabe Ler e Escrever	-	-	-	-	-	-	-	1,7	1,7
Não Sabe Ler nem Escrever	-	-	-	-	-	-	-	5,7	5,7
Totais	0,6	0,6	1,1	0,6	35,4	8	7,4	46,3	100
	1	1	2	1	62	14	13	81	175

Fonte: Inq. PEV.

Com efeito, é de uma destituição generalizada o cenário das habilitações dos avós paternos — 43% dos agentes identificados são analfabetos, sendo superior a 60% o registo daqueles que nunca passaram pela escola —, não chegando as alterações a que a escolaridade dos pais foi submetida — reforço do contingente que obtém a escolaridade obrigatória de 4 anos — para evitar um substancial efectivo de agentes que nunca fizeram o célebre "exame da quarta" — 38,7% dos pais. Por outro lado, e demonstrando um poderoso desfavorecimento das mulheres no acesso à escola, as performances escolares das mães dos agentes, para além de claramente inferiores às dos pais — somente 35,4% das mães chegam a concluir o ensino primário —, possuem registos mais depauperados do que aqueles que caracterizam o conjunto dos avós — tal é claramente o caso da taxa de analfabetismo, que assume aqui um valor próximo dos 50%.

Estamos, assim, perante uma realidade marcada por uma experiência escolar fragilizada, (re)produtora de fracos capitais escolares, que tem no completar do ensino primário o lugar modal, mas onde é possível também encontrar quer contingentes importantes de agentes que nunca foram à escola ou que dela saíram nos primeiros anos, quer ainda conjuntos de agentes que, num óbvio efeito das transformações a que a escolaridade obrigatória tem estado sujeita, tendem, ainda que com um vigor menor, a prolongar a escolarização até ao segundo ciclo ou, no máximo, até ao terceiro (mais de 80% da população local possui uma escolaridade que não ultrapassa o ciclo preparatório): neste último processo estamos perante a deslocação da exclusão escolar "(•••) para o fim do ciclo da escolaridade básica, com a obtenção do primeiro diploma, ou melhor, coloca-se entre essa obtenção e a progressão nos estudos" (Silva, 1994: p. 356).

Com efeito, à saída da escolaridade obrigatória, feita, muitas vezes, já com 16 ou 17 anos, colocam-se duas alternativas⁴¹: continuar a estudar (e ingressar num curso técnico da Coelima ou), por exemplo, na Escola Secundária Francisco de Holanda em Guimarães (onde, frequentemente, o estudante será colocado numa turma feita de colegas oriundos da zona sudoeste do concelho a quem rapidamente é atribuída o rótulo de "indomável"), ou, ir trabalhar para uma fábrica. Progressivamente, aumenta o número dos que pensam seguir estudos, mas um número considerável de alunos sai da escola ao fim de nove anos de frequência e vai trabalhar. Por outro lado, o grupo dos que prossegue estudos, não raro, passados alguns "chumbos" e algumas "festas" nos cafés da cidade, partirá também para o trabalho num dos turnos das fábricas locais ⁴². Contudo, uma parte daqueles que conseguem chegar ao fim do ciclo e que não entram na

⁴¹ Estrutura-se aqui, segundo Augusto Santos Silva, uma "barreira radical" — factor de divisão dos "jovens em duas classes" — que "(...) está articulada a diferenças em termos de origem e trajecto familiar de classe e configura virtualmente distintos trajectos e pertenças futuras de classe" (1994: p. 358).

⁴² Segundo alguns dos nossos entrevistados, por força da necessidade de, para frequentar o ciclo preparatório, até 1983, ser necessário ir para Guimarães, foram frequentemente estas "festas" que evitaram o sucesso na escola: "Era a primeira vez que tínhamos tanta liberdade e fazíamos asneiras", dizia um dos nossos informantes. As "asneiras", sobretudo quando tinham e têm como consequência a sanção disciplinar, são um dos primeiros indicadores para a família do localmente famoso "não serves para os estudos" — frase que quase sempre tem associado a si o veredicto: "vais trabalhar!".

Universidade talvez não evite dizer, como o fez aquele jovem tecelão munido de um 12.º Ano em Gestão de Empresas, "andei totalmente enganado, para fazer o que faço hoje mais valia não ter lá andado" ⁴³.

Na continuidade das características da região do Ave no que reporta à relação com a escola ⁴⁴ e contrariamente às tendências nacionais ⁴⁵, o

⁴³ Segundo Madureira Pinto, "(...) a extensão da escolaridade obrigatória básica e secundária vem coincidindo (...) com a manutenção de estruturas produtivas globalmente anquilosadas e desequilibradas, em que persistem largas manchas de economia subterrânea e de emprego subalternizado e especialmente desprotegido. (...) parece correcto concluir que é no interior da própria armadura técnico-organizacional da esfera da produção que se alojaram alguns factores cruciais da desvalorização social de saberes e diplomas. (...) um tal desfasamento entre saberes/ títulos e postos não pode senão reforçar o potencial de frustração social das novas gerações que a desvalorização corrente dos títulos por si só já promove" (1991b: p. 26). Cfr. igualmente a seguinte afirmação de Madureira Pinto e Cidália Queirós: "(...) em muitos casos, a extensão e prolongamento da escolarização, através da inculcação, activa se bem que implícita, de uma relação irrealista com o trabalho e o mercado de emprego tende a deslocar para cima o feixe de trajectos de mobilidade profissional e social considerados plausíveis pelas classes médias e populares; quando, como tem acontecido na sociedade portuguesa, esse processo de escolarização se acelera fortemente em fase de crise económica prolongada e com permanência de estruturas produtivas anquilosadas, níveis de produtividade e de salários baixos, métodos de gestão retrógados e manutenção em larga escala de formas primitivas de submissão dos trabalhadores — então tende a aumentar o potencial de frustração profissional das gerações mais novas (...)" (1990: p. 138). Segundo Pierre Bourdieu, "A transformação da distribuição dos postos entre os detentores de títulos que resulta automaticamente do crescimento do número de titulares faz com que a cada momento uma parte dos detentores de títulos — e desde logo sem dúvida, aqueles que são os menos munidos de meios herdados de fazer valer os títulos — seja vítima da desvalorização. As estratégias pelas quais aqueles que estão mais expostos à desvalorização se esforçam por lutar a curto prazo (no decurso da própria carreira) ou a longo prazo (através das estratégias de escolarização dos seus filhos) contra esta desvalorização são um dos factores determinantes do crescimento dos títulos distribuídos que contribui ela própria para a desvalorização" (1979a: p. 151).

⁴⁴ Para efeitos comparativos (quer entre a freguesia e o respectivo concelho e região, quer entre esta e o Norte e o País), retenham-se com particular atenção os resultados da leitura que A. Joaquim Esteves tem oportunidade de elaborar sobre a escolarização no Vale do Ave (1995b: pp. 6-20).

⁴⁵ "De década para década, assiste-se praticamente à duplicação das percentagens de indivíduos que foram atingindo os sucessivos graus de ensino. Em particular no que toca ao ensino médio/ superior, o crescimento em cada década foi mesmo para mais do dobro da anterior" (Almeida, Costa e Machado, 1994: p. 315).

prosseguimento de estudos com sucesso nos patamares terminais do ensino secundário, assim como a frequência, com ou sem sucesso, do ensino médio/ superior continuam praticamente fora do universo das possibilidades escolares dos agentes sociais locais.

A explicação para um tal processo não pode deixar de ser procurada no interior do projecto estatal de escolarização e na sua tradicional orientação para as posições mais privilegiadas da estrutura social⁴⁶ — e temos visto como a grande maioria das famílias locais não serão passíveis de uma tal definição. A este propósito, não podemos também deixar de reter a importância que resulta do desenvolvimento de processos de interiorização e incorporação de incapacidades — tanto mais problemáticas quanto mais individualmente são vividas — geridas e resolvidas familiarmente no quadro de uma estratégia que vê nos primeiros insucessos escolares o dealbar da abertura dos portões da fábrica.

Estamos, em suma, perante um cenário de destituição escolar, reproduzido ao longo das gerações, que traduz uma muito lenta e limitada *assimilação da escola*.

5. Uma leitura sobre a dinâmica do *campo* das classes sociais localmente estruturado

Referência estruturante das posições sociais locais — assim como das co-relativas tomadas de posição —, o universo das fábricas — sejam elas têxteis verticais ou horizontais, grandes ou pequenas confecções, unidades que trabalham com marca registada ou a feição — é o principal promotor das diferenças sociais locais, sendo também neste que se encontrará a génese dos principais sistemas de disposições localmente vigentes.

⁴⁶ Os principais contornos desta orientação podem obter-se numa gama variada de estudos sobre a sociedade portuguesa. Entre outros, cfr. Benavente, Costa, Machado e Neves (1991); Iturra (1990: pp. 91-101) e Madureira Pinto (1985: pp. 167-179).

A entrada na fábrica

"Eu comecei desde pequeno logo a trabalhar, logo. Saí da escola, ainda era novo, tinha onze anos e então comecei. Fui fazer recados, estava lá de manhã à noite. Fui para o Lopes Correia, os Correias e então dali depois gostaram de mim e depois então já estava na idade e foi o próprio patrão que me disse se eu queria ir trabalhar para os acabamentos e eu disse que queria e lá fui! Trabalhei lá quatorze anos. Fui ganhar 2\$50 como aprendiz a trabalhar oito horas por dia. Comecei do zero. Receber o coiso do correio, fazer recados e fui começando e cheguei a profissional com dezassete anos. Aí já tinha a minha categoria e era porque merecia, porque eu tinha mãos para aquilo, porque naquele tempo era tudo manual. Estive meses a dobrar, dias, e depois havia aquele período em que o encarregado punha a pessoa a competir com o profissional e era assim que se fazia o profissionalismo. Agora não há profissionalismo, agora é polivalência".

Encarregado de Armazém reformado, 63 anos.

"Hoje é difícil. Hoje o problema é muito difícil. Hoje arranjar trabalho... Antigamente também não era fácil, era preciso meter empenhos, era preciso falar com senhor

fulano de tal e tal. Por exemplo, ali na Coelima, ali falava-se aos patrões e eles 'não há hipótese' e falava-se com o encarregado e a troco de uns presuntos ou de uma coisa qualquer, prontos, já se empregava. Ainda não vai há muitos anos, antes, quando aquilo era Coelima, não é. Agora não, agora já não é Coelima. Antigamente tinha que se dar um presentezito e tal para as pessoas se interessarem".
Tecelão, 45 anos.

"Foi o encarregado que me meteu lá. Ele era amigo dos meus pais, que lhe pediram. Meteu-me lá a mim e à minha irmã. Só fomos para lá por empenho. Gostava dos meus pais. O meu pai já tinha pedido na fábrica do João Ribeiro da Cunha, que é a fábrica do Alto. Nós éramos cinco irmãs, só éramos três rapazes, e o meu pai foi sempre lá, só saiu de lá reformado, trabalhou lá cinquenta e três anos, e no princípio, claro, nós começámos a crescer, saímos da escola, claro, eles não tinham possibilidades p'ra nos ter em casa ou a estudar e pediram emprego. E o patrão disse muito bem ao meu pai: 'olha deita-as ao rio!' As filhas! Aos filhos não, (mas olha, são mulheres deita-as ao rio) Com as raparigas era assim e só depois é que, sempre com os empenhos, é que começou a ser mais fácil para nós arranjar trabalho".

Tecedeira, 43 anos.

"Comecei a trabalhar com 13 anos numa fábrica de tecidos. Trabalhava lá o meu pai e os meus irmãos todos. Comecei como tecelão e logo depois fui para os Correias. Mas aquilo era pior do que uma igreja, não se podia conversar com ninguém. Os chefes eram muito macacos, muito macacos. Eram ordinários, como se costuma dizer, ordinários. A gente não podia fazer nada, não podia olhar p'ró lado porque já estavam... Batiam, batiam. Eles cascavam muito na gente. Eu tinha dezasseis anos e também me vim embora de lá. Eu ameacei-os com as tesouras e não deixei que me batessem".

Afinador de máquinas,
44 anos.

"Depois da tropa vim na mesma para a fábrica, vim na mesma para os teares e comecei a, eu por mim próprio é que comecei-me a infiltrar. Eu avariei muitas vezes as máquinas. Avariei porque considerando, era muito fraco, aquilo era muito fraco, muito velho, muito velho. Havia lá teares que a gente era obrigado a avariá-los, porque a gente não saía de volta deles e não fazia nada! Então estavam lá avariados e os afinadores estavam lá a compô-los e a gente via os outros. Trabalhava com seis, oito teares e quando um não estava a dar produção — por causa do prémio — a gente avariava-o. Eu era logo. Chamava o afinador e dizia 'está avariado, ponha lá no

quadro'. Eu fazia sempre os possíveis para fazer o melhor e o mais rápido possível e foi com o tyrelene que eu comecei a aplicar-me. Aquele era muito verde, muito difícil de trabalhar e p'ra encarrear teias tinha que haver muita paciência, muita pachorra e a gente estava ali mesmo concentrado. E ele era assim, o encarregado: 'olha, vai-me ver se endireitas aquela teia porque ela está lixada*. Pronto, está bem. A gente ia só, porque mais vale só do que mal acompanhado e era, a gente estava ali sozinho, pega-lhe daqui, pega-lhe dali e até que dá com a malha certa e a partir daí aquilo sai. E ia aprendendo. Os tecelões são os mais mal pagos da firma, são sempre os tecelões e são os que mais trabalham. Eu tinha aspirações a mais. Eu queria ser afinador e gostava de andar com as chaves e apertar e desapertar e resolver os problemas das máquinas e deixava-se de ganhar tão pouco. Demorava-me quatro horas, cinco! Hoje demora-me duas horas! E não tirei curso nenhum. O meu curso aqui foi tirado na minha cabeça! Foi a marrar ali. (...) Mas para ter a categoria de afinador suei muito a camisa, tive que berrar muito porque o encarregado geral não queria reconhecer a minha capacidade, nem mesmo depois de ter ficado sozinho a tomar conta da minha secção. Deram-me a categoria, mas deram-me a categoria de afinador de terceira".

Afinador de máquinas,
42 anos.

Com efeito, e na linha de trabalhos como os de E. P. Thompson (1991) ou T. Hareven (1986), D. Bertaux (1979) ou R. Sainsaulieu (1988), sabe-se como a fábrica ⁴⁷ e, na sua generalidade, os contextos de trabalho são "(•••) lugares de inculcação durável e estruturada de saberes, disposições e operadores ideológicos (ou seja de geradores de sentido) com a sua especificidade" (Pinto, 1991b: p. 21), associados com grande regularidade aos diferentes lugares da hierarquia social. Com efeito, "(•••) pode afirmar-se que a vivência durável dos locais de trabalho faz aprender a reconhecer (no duplo sentido da palavra) configurações físicas e formas organizativas associadas a uma dada cultura técnica (naturalizando e por vezes sacralizando umas e outras), faz disciplinar o corpo, a atenção e a vontade de acordo com modelos de racionalidade técnico-económica dados, faz interiorizar uma espécie de pulsão produtiva não consciencializada, que, tendencialmente, conduz não apenas à necessidade subjectiva de trabalhar, como ao desejo de o fazer em condições de consenso integrador e securizante. Trata-se de processos de assimilação, por experiência, de saberes práticos, saberes-ser, disposições e automatismos com eficácia económica própria (criadores de valores de uso e de mais-valia); mas também de assimilação de crenças, de representações e outros operadores de racionalização das condições de existência em organização — o que fará com que não seja abusivo considerar os locais de trabalho como aparelhos ideológicos *sui generis*" (Idem).

No caso em análise, o carácter de "aparelho ideológico *sui generis*" associado ao universo fabril será tanto mais reforçado quanto as posições sociais neste edificadas são estruturadas num quadro plenamente articulado com a família, seja qual for o lugar de classe.

Com efeito, é na família que quer a burguesia, quer as restantes classes encontram resposta para as múltiplas exigências a que o universo fabril dá origem.

São claramente familiares as estratégias desenvolvidas pelo patronato no sentido da afirmação das suas empresas, já que tanto na origem dos

⁴⁷ "(•••) Enquanto com o artesanato cada um dispõe de instrumentos próprios, de máquina própria e controla tanto o seu tempo e ritmo de trabalho como a quantidade e a qualidade produzidas, as coisas mudam, como notou Marx, com o estabelecimento fabril. Aqui, embora as máquinas permaneçam individuais, estão doravante agrupadas num mesmo espaço e o trabalho efectua-se sob o controlo visual de um patrão que decide os horários, os ritmos, as quantidades e as qualidades e que compara os contributos individuais (...)" (Rémy, Voyé, 1994: p. 58).

capitais iniciais, como ao nível da respectiva gestão, assim como nos próprios processos de escolarização dos respectivos membros, são as necessidades percebidas familiarmente que comandam todo o processo de decisão⁴⁸.

Por outro lado, é também a família que, no operariado, desempenha um papel central na entrada no mundo laboral⁴⁹, assim como na gestão possível da relação de assalariamento e, por vezes, na própria estratégia de saída da fábrica. É na família que os custos de oportunidade da educação escolar dos jovens começam por ser primeiramente avaliados. É a família que negocia — junto de um *encarregado* ou de um *patrão* — a entrada de um dos seus membros para uma fábrica — de preferência e para fazer face a uma futura e eventual crise, uma fábrica diferente daquela em que trabalham os restantes membros da família, ainda que, por força da regra da importância dos *empenhos* na mesma entrada, seja mais fácil arranjar trabalho para um filho na fábrica em que já se trabalha —, assim como é tendo em conta o nome da família que o encarregado ou o patrão tomarão a decisão de empregar. Sendo evidentemente familiar a estratégia de prolongamento da actividade feminina uma vez nascidos os primeiros filhos, ou a de aceitar a proposta de despedimento da fábrica onde se trabalhou quarenta anos desde que esta passe *a carta para o desemprego* uma vez aproximada a idade de reforma.

Não deixa ainda de ser familiar o desenvolvimento das tentativas de resistência à proletarização realizadas no âmbito das famílias da PB: o

⁴⁸ "O papel da família na iniciativa empresarial não se limita ao financiamento do investimento industrial, mas está também presente na própria gestão da empresa — a indústria apresenta-se no território, em parte, como resultado de estratégias familiares. (...) No 'organigrama' das grandes empresas a gestão está estruturada em grandes secções que estão a cargo dos diferentes elementos da família (...) de forma a que todas as áreas estejam sob o controlo familiar/ empresarial e de modo a facilitar e melhorar a gestão num ambiente de poucos conflitos familiares. Há mesmo, nas grandes empresas, estratégias familiares antecipadas na formação escolar. Assim, os cursos superiores dos futuros e já de alguns empresários das grandes empresas são, ou foram, planeados dentro do núcleo familiar de forma consciente, contemplando os gostos pessoais, os interesses da empresa, e contribuindo para uma formação heterogénea no seio da família e, logo, da empresa" (Marques, 1988: pp. 79-80).

⁴⁹ Sobre este assunto, cfr. Hoggart (1973: 15-32) e Verret (1996: pp. I-VII; 21-37). Uma importante reflexão sociológica sobre a transformação das condições estruturais desta entrada no universo fabril e na condição operária co-relativa (na França actual) pode encontrar-se em Dubet (1992: pp. 136-145).

trabalho *mais limpo e menos duro* ("Não é trabalho!") das actividades terciárias, ou o sonho da libertação dos constrangimentos fabris ("Não gosto de andar às ordens dos outros, sou muito livre!") característico dos *trabalhadores por conta própria* representam claramente este esforço — ainda que, devido à dependência do universo fabril, o trabalho de execução seja realizado no escritório de uma têxtil vertical, ou que o pequeno comerciante venda toalhas de felpo (aqui compradas *a preço de fábrica*) numa das feiras de revenda do Norte do país e esteja simultaneamente casado com uma eficaz tecedeira que labora no primeiro turno da TARP.

Como se depreende do que temos vindo a desenvolver, o aparelho ideológico *sui generis* cristalizado — ao que tudo indica nem mesmo «a crise» parece transformá-lo nas suas principais propriedades — em torno das diferentes fábricas é o responsável, directa e/ ou indirectamente, pela estruturação dos lugares que mais se destacam no conjunto das classes sociais localmente existentes ou — se quisermos operacionalizar plenamente um dos principais conceitos que nos serve de referência — no *campo das classes sociais*⁵⁰ que estrutura a freguesia.

Não obstante o seu reduzido efectivo — e até por esse facto, a raridade do lugar significa acréscimo de poder — é, evidentemente, nas fábricas que a burguesia local encontra a fonte e o motor dos capitais que concentra. No campo de que participa, a sua posição é lida como *a mais poderosa*, sendo este poder revestido de prestígio acumulado sempre que a posição ocupada tenha como causa uma fábrica e uma família antigas na história local⁵¹.

⁵⁰ Ainda que aqui mais direccionada para uma análise do campo da produção, actualizamos agora a proposta de Pierre Bourdieu sobre a lógica relacional em luta das diferentes classes sociais (1979a: pp. 249-287) — lógica essa que não deixa de marcar o que, a este nível, nos é dado a ver em S. Jorge de Selho. Sobre esta temática, cfr. também Bourdieu (1997b: pp. 48-66).

⁵¹ Tivemos já oportunidade de alertar para a existência de uma fractura no patronato local que opõe um grupo antigo e restrito mas muito poderoso de famílias burguesas ligadas à indústria têxtil e um conjunto muito mais recente de pequenos patrões ligados à indústria do vestuário e, por isso, menos visível na hierarquia dos poderes locais. Patrões de pequenas fábricas que trabalham a feitiço para as grandes unidades têxteis, muitos destes pequenos patrões não passam, para a generalidade dos habitantes, de "donos de garagens à procura da sua sorte" (como teve ocasião de nos salientar um encarregado de uma têxtil).

**Aspectos do trabalho
nas fábricas**

"(...) O patrão é sempre um bicho. É sempre bicho patrão! E é sempre um bicho porque nunca está bem com aquilo que ganha e não dá valor sequer, quer dizer, não compensa sequer assim um bocadinho... Os patrões ganhavam muito mais dinheiro se dialogasse com os trabalhadores. Se entrassem por lá hoje: 'ó pá, aquela máquina que está ali, como é e tal, isto anda bem? Isto não anda?' Mas não, o patrão passa e faz de conta que o trabalhador é um cão! Há lá chefes que passam pela gente e pensa que a gente é um cão, nem bom dia dão à gente. Porque os chefes é a mesma coisa ou ainda pior do que os patrões. Mas os patrões em si, mas todos eles, todos eles, assim, era todos juntos e metê-los numa pia! Era até eles acabarem de beber a água toda! Era, era! Disse e digo: estou muito revoltado contra esses patrões todos. Sou contra os patrões, eu. Sei que tem de haver patrões, porque nós também temos de ganhar dinheiro. Não reconhecem o trabalho do operário, não reconhecem o trabalho do operário. Entrei às duas da manhã, trabalhei noites seguidas, trabalhei uma ocasião até às quatro da manhã p 'ra deixar uma máquina pronta para trabalhar; não ia entrar às oito, entrei às dez e roubaram-me duas horas homem! Roubaram-me! Vou gostar dos patrões?! Não vou gostar dos

patrões! Então se me roubaram, quer dizer, roubaram-me dinheiro, roubaram-me dinheiro, roubam-me suor, roubam-me a cabeça e vou gostar deles? Não".

Afinador de máquinas,
42 anos.

"O patrão arremediado é pior que o próprio rico. O meu patrão como é, ele era, fazia greve, andava por lá todo porreiro, era o maior grevista e agora faz todas estas coisas. Ele deve pensar que se virar costas às coisas, como ele era, pensa que nós somos capazes de lhe fazer o mesmo e assim ele já não anda p 'ra frente".

Embalador, 28 anos.

«Ali naquela confecção é chegar ali, sentar-se à hora, se passar um minuto, se passar um minuto depois da hora já é um problema. As pessoas têm de cumprir as oito horas, além disso, eles precisam sempre que dêem muitas horas, só que nós não damos porque nós não somos nenhuma escravas. Porque numa confecção pequena nós ali trabalha-se sempre muito mais do que numa grande. Em primeiro lugar portanto ainda estão lá eles, que são desconfiadíssimos e são assim porque o mal deles foi eles serem empregados; se eles nascessem patrões, eles não sabiam o mal que faziam. Portanto, ela tinha um emprego bom, ele não. Ele estava sempre à espera da hora que era para ir embora... Agora, nós não podemos respirar. É ela atrás e ele

à frente. Estamos naquela situação. No início, nós temos um portão, é uma porta grande, que aquilo era uma garagem, era onde se metia o carro e depois normalmente, a madeira quando incha, desincha e ganha frinchas e ele até naquelas frinchas, p'ra nós não conseguirmos ouvir a carrinha dele, pôs uma fita cola preta. Assim! A porta que tem uma vidraça branca, ele pôs um tabopan espetado para nós não ver a carrinha dele e para não ver a clareza, nem nada. Isto é uma coisa insuportável. Depois ainda dizem que nós somos uma família. Ai somos, de trabalho somos. Eles dizem que não berram? Eles não berram porque nós não damos motivos p 'ra berrar! Porque se nós trabalhamos perfeito, se nós lhe damos a produção mais do que aquilo que devíamos dar, eles vai berrar com quem afinal?"

Costureira, 33 anos.

"(...) Dantes eles não eram tão desconfiados e eles iam almoçar ao meio-dia e entrávamos à uma e meia, mas depois havia lá uma vizinha que punha-se a espreitar na janela e depois ia dizer-lhes que quando nós pegávamos e eles não estavam havia uma costureira que andava de pé e eles começaram a ficar desconfiados. É que na nossa confecção nós não podemos nos pôr de pé, temos de pedir. Um copo de água, obra, qualquer coisa, temos de pedir. Estamos ali aquelas horas todas sem nos levantar e sem poder falar e agora eles não per-

doam. Mas também à custa disso, nós não fazemos horas. Também eles queriam dar-nos dez escudos de aumento, nem dava para uma chicla. Como nós somos unidas nós dissemos que não fazíamos e ele depois já dizia que dava acima da hora normal de trabalho, mas nem assim nós queremos".

Costureira, 30 anos.

"Há pessoal que só trabalha aos sábados e domingos e feriados! Trabalham vinte e tal horas por semana. Só que trabalham é tudo seguido quase, descansam pouco. De sábado para domingo têm umas horitas p'ra descansar, de resto trabalham sempre. E agora com este novo horário das quarenta horas e quarenta e duas horas nunca se sabe, que eles já estão a pôr os rotativos, como no estrangeiro, trabalhar seis horas por dia, sempre a andar, p'ra fábrica nunca parar. Em vez de terem o quinto e sexto turnos vão ser turnos rotativos".

Encarregado de Secção de Acabamentos, 56 anos

"Acho que no primeiro turno a gente vem à tarde p 'ra trabalhar para casa, não sei, dá mais para trabalhar em casa, porque o segundo, faz de conta se a gente de manhã não apetecer levantar está ali até às oito ou nove na cama, prontos. Vai, levanta-se, não é, faz qualquer coisa, tem logo que fazer de comer p 'ra comer e arrumar a cozinha e ir p 'ró trabalho. Quando

é no primeiro, às duas horas a gente vem comer alguma coisa e temos a tarde toda, até às dez horas da noite fazemos o trabalho à vontade, ainda podemos dar duas de treta".

Tecedeira, 44 anos.

"Para mim o turno que eu mais detesto é o normal. É preguiçoso o turno normal. A gente está preso todo o dia, não se pode fazer nada. Se é preciso ir ao médico tem de se perder o dia. Se eu estivesse no primeiro turno ou no terceiro turno da noite, tinha tempo mais do que suficiente. E ainda dava para fazer uns biscates por fora, como faço agora, só que só aos fins de semana. Eu se tivesse no primeiro turno, tinha tempo para fazer tudo. Fazia tudo o que me aparecesse. Pintar, trabalhar com massa, até fazia uma casa. Agora, no turno normal não tenho tempo para nada".

*Operário de calçado,
33 anos.*

"O que me salva, agora que tenho o negócio é trabalhar no primeiro turno — entro às seis saio às duas da tarde. Porque senão como é que eu podia estar aqui à tarde e à noite, não dava".

*Tecelão e proprietário de
pequeno comércio, 42 anos.*

"Para chegar à máquina a gente borra-se todo. E um gajo borra-se todo. Não tem hipótese.

Aquilo é cheio de óleo, e ainda eu a cada passo pego na mangueira e dou-lhe uma soprada. E quando toca a ir, que remédio tenho eu senão limpar porque senão então fico mesmo que nem um carvoeiro!

Eu até digo ao engenheiro, 'eu não sou afinador, sou mas é limpador de máquinas!'"

*Afinador de máquinas,
44 anos.*

"Eu nem gosto de parar, nem me demoro muito quando vou à casa de banho. Estão ali eles sempre a olhar e se demoro depois tenho que aturar. Estão sempre a olhar para o relógio. Mas quando eu trabalhava na outra fábrica não era assim. A casa de banho parecia um bar e a gente estava ali na conversa e fazia-se festa. Aqui eles não deixam".

Costureira, 33 anos.

"Na minha fábrica há quem vá muito lá fora. A luz vermelha está sempre acesa. Eu nem percebo, aquilo está sempre tão sujo. Aquilo não é limpo de propósito para ninguém lá ir e mesmo assim as pessoas estão sempre lá a fumar. O encarregado, que nem fuma, passa a vida a fazer de conta que vai à casa de banho para ver quem é que lá está sem fazer nada. Há gente que vai para lá às horas".

Tecedeira, 44 anos.

Estarão neste último caso as gerações sucessivas dos familiares dos primeiros industriais têxteis que lograram fazer sobreviver as suas fábricas e que, comprando terras, casando entre si e adquirindo títulos académicos⁵² e honoríficos foram progressivamente revestindo o seu lugar de um poder "aristocrático"⁵³. Um poder e um prestígio tanto mais conseguidos quanto maior for a correspondência entre o sucesso económico da família — medido obviamente em dinheiro e em sinais exteriores de riqueza — e o sucesso empresarial — ou seja, vitalidade e capacidade de sobrevivência da empresa, já que, como dizem, patrões e empregados, "aqui ter dinheiro não significa que a empresa esteja em condições". O topo da escala do poder económico, social e político — a formulação weberiana recuperada pela teoria da prática servirá para chamar a atenção de que, só com o advento da democracia em Abril de 1974, esta última dimensão deixou de estar também nas mãos da burguesia local⁵⁴ — será, no entanto — sobre-

⁵² Segundo Bourdieu, "A reconversão do capital económico em capital escolar é uma das estratégias que permite à burguesia de negócios manter a posição de uma parte ou da totalidade dos seus herdeiros permitindo-lhes levantar uma parte dos benefícios das empresas industriais e comerciais sob a forma de salários, modo de apropriação mais bem dissimulado — e sem dúvida mais seguro — do que a renda" (1979a: p. 155).

⁵³ Para Alice Ingerson, "(•••) a indústria têxtil do vale do Ave parece ter seguido o padrão inglês dos começos modestos, mais do que o padrão alemão do capitalismo financeiro. A empresa familiar continuou pela década de 1960 adentro, como forma básica de organização, e as várias famílias e firmas contraíram frequentemente laços matrimoniais entre si. (...) Uma vez estabelecidos na indústria, muitos desses novos-ricos dos têxteis procuraram a 'camuflagem protectora do latifúndio' e da entrada para a aristocracia local. É verdade que pelo menos alguns dos filhos e netos dos primitivos fundadores procuraram e exibiram os vários títulos que podiam ser 'comprados', tais como os de conde, visconde, comendador, etc, atribuídos pelo Governo por serviços prestados à economia nacional, ou pela Igreja por serviços prestados à sociedade civil. Ainda hoje, muitas das maiores fábricas são proprietárias de extensas terras de cultivo. (...) Muitas das empresas portuguesas declaravam que o rendimento das quintas suas associadas revertia, exclusivamente, a favor das cantinas dos operários, mas é fácil coligir relatos orais de trabalhadores inscritos nas folhas de salários das fábricas que passavam a maior parte do seu tempo nas quintas, construindo casas para os filhos dos proprietários ou instalando piscinas" (1982: p. 1481).

⁵⁴ Uma análise das transformações na actividade política da freguesia e do desempenho, mediatizado pela actividade em algumas associações locais, das diferentes famílias de classe, pode encontrar-se desenvolvido com mais detalhe em Pereira (1997: 170-194). Para sistematizar uma conceptualização sociológica sobre a relação entre classes sociais e dominação política (via processo eleitoral), cfr. A. Teixeira Fernandes (1997: pp. 140-161; 161-178).

tudo quando lido pelos olhos dos menos poderosos —, a figura do empresário e respectiva família que acumularam todas as prerrogativas mencionadas com a de *beneméritos*, amigos dos seus empregados e operários e da colectividade — como serão, pela sua excepção na memória colectiva local, os casos de Francisco Inácio e de Albano Coelho Lima.

A leitura do poder burguês na freguesia não poderá, assim, deixar de ser efectuada no quadro de um modelo de relações de classe que, não obstante estar avultadamente configurado em torno de diferenças de *poder*, retira este último elemento da sua estrutura para nele colocar a *caridade*⁵⁵. Estamos perante um modelo de relações classistas reproduzido sob a forma de *patrocinato*⁵⁶ que dá origem a relações de tipo *paternalista* — como se sabe um tipo de relações com raízes históricas na região e amplamente sustentado durante todo o período em que vigorou o Estado Novo⁵⁷.

⁵⁵ Este procedimento possui, no entanto, a característica de se resumir frequentemente (e para a grande maioria das famílias burguesas) às decisões de arranjar trabalho para alguém numa das fábricas de que se é proprietário ou às de colaborar na organização de uma das festas locais. Contudo, só aparentemente estas acções estarão em contradição com aquilo que normalmente é esperado do «notável» — sempre que é definido como agente que dispensa favores (Mendras, 1976: p. 106) —, já que uma atitude "de prudência na gestão" e no modo como se distribuem benefícios é tida como "a forma mais segura de manter o poder" (segundo nos dizem alguns agentes do *patrocinato*) e um tal registo nem sempre se antagoniza com a procura de uma certa familiaridade no tratamento entre patrões e operários no quotidiano fabril. Ainda que desenvolvida a propósito de uma situação de dominação numa colectividade camponesa em transformação, pode encontrar-se uma análise do poder dos notáveis semelhante àquela que aqui apresentamos no trabalho de Madureira Pinto (1985: pp. 390-400).

⁵⁶ Sobre este conceito, cfh Cutileiro (1977: pp. 271-273).

⁵⁷ "(...) Este modelo de relações de classe, entre clientes fazendo petições e 'padrinhos' concedendo favores, tinha profundas raízes históricas nas zonas rurais e pode ter tido o monopólio virtual das formas organizacionais sob o Estado Novo, se não mesmo muito antes. A Igreja serviu-se deste modelo a todos os níveis — entre paroquianos e párocos, entre párocos e bispos, entre crentes e santos e mesmo entre os santos e Deus. O outro modelo de organização existente na região era pouco diferente — a família rural funcionava muitas vezes exactamente com as mesmas regras. Tanto o Dr. Salazar como o Cardeal Cerejeira parecem ter pretendido que o Estado e a Igreja se servissem em grande escala deste modelo patrono-cliente e da 'família' como metáfora. Existem algumas provas de que os trabalhadores têxteis aceitaram esta noção do Estado como patrono" (Ingerson, 1982: p. 1488). Cfh igualmente a seguinte afirmação de Bertaux: na sua forma mais clássica, "(•••) o paternalismo representa um modo par-

Entre outros aspectos, será precisamente nesta configuração do campo — alicerçado num modelo relacional paternalista — que residirá um dos principais factores explicativos do reduzido impacto local do discurso e acção sindicais. São conhecidas, pelo menos para a maioria dos entrevistados com quem contactámos, as situações em que a acção sindical não tem condições de ser efectivamente concretizada. Multiplicam-se os exemplos, quase sempre contraditórios na lógica classista que envolvem, da relativa ineficácia⁵⁸ da acção sindical e da sua tremenda dificuldade de implantação local: desde o caso em que o delegado sindical durante o dia incentiva os trabalhadores a fazer greve e à noite, em pleno conflito laboral, é acusado de ser dos primeiros a passar os portões da fábrica onde trabalha, até ao caso em que, progressivamente, os operários vão identificando uma suspeita prática política mais «aburguesada» na actuação do representante do sindicato ou, num claro exemplo da eficácia do modelo paternalista junto dos operários, a acusação nascida em sede proletária de que os problemas com os patrões começam sempre que — do ponto de vista sindical, sempre que é preciso radicalizar posições para ver os direitos dos trabalhadores garantidos — "os delegados do sindicato trazem a política partidária para dentro da fábrica".

O carácter contraditório do discurso operário relativamente à acção sindical inscreve-se num registo ideológico ambíguo no modo como se relaciona com o poder — seja ele político, económico, social ou cultural. Numa manifestação de uma tal atitude, recentemente, um operário têxtil respondia da seguinte forma a uma pergunta do investigador sobre as razões da sua participação numa marcha de Pevidém a Guimarães convo-

ticulamente ⁴'puro' de fixação do proletariado; e a análise deste *sistema* — que é muito mais do que uma simples ideologia — permite ver que esta fixação não é somente fixação no espaço; é também domínio sobre a vida quotidiana, sobre a vida privada, sobre as relações sociais e sobre os espíritos. É fixação de descendências inteiras de proletários, homens e mulheres, à condição operária, e segundo um certo tipo de organização da vida: a família operária-burguesa, de quintal, religiosa e conservadora" (1978: p. 204).

⁵⁸ Esta ineficácia só não é total porque os sindicatos acabam, nos momentos de maior crise, por se tornar prestadores de serviços, respondendo às solicitações de resolução de problemas de que são alvo — serão, no dizer de um dos informantes de A. Santos Silva que explicava a ainda maior dificuldade de penetração sindical em terreno de industrialização difusa, "o escritório dos trabalhadores" (1994: p. 339).

cada pela CGTP contra a lei das 40 horas: "Estão sempre a dizer que nós somos acomodados e que nunca vamos a nada para lutarmos pelos nossos direitos... Que eu decidi vir à marcha".

Convirá mais uma vez ter em conta que uma tal ambiguidade não será recente e estará intimamente relacionada com as modalidades de gestão política do posicionamento desfavorecido a que o operariado local há muito está sujeito. A este propósito, retenhamos as implicações teóricas do mais recente trabalho de A. Ingerson sobre esta matéria e sublinhem-se as propriedades do relacionamento do operariado do Ave com o patronato e com o Estado Novo durante o período em que este vigorou, ora se conformando ora resistindo às respectivas práticas laborais e ideológicas, consoante as conjunturas e as margens de acção possíveis (1997: pp. 180-188).

Assim, num meio industrial operário de raiz operária será difícil atribuir o peso daquela relativa ineficácia a uma longínqua origem camponesa, tudo indicando, pois, que a lógica do modelo deverá ter o seu eixo de sustentação principal na estrutura do aparelho ideológico *sui generis* constituído pela fábrica e na respectiva articulação com a família — num território em que a importância assumida pela acção da Igreja é elevada⁵⁹.

Como resultará do explicitado, o modelo paternalista em causa não equivalerá a uma redução da eficácia do controle exercido sobre quem está submetido ao poder. Será, precisamente, o contrário o processo que sob uma forma, mais ou menos, "doce"⁶⁰ localmente se reproduz: o conhecimento da história das famílias, a apertada selecção dos trabalhadores, a proximidade entre a casa do patrão e a fábrica, a sua presença (ou a dos

⁵⁹ No que diz respeito à questão sindical, e em síntese, aplica-se aqui a análise de E. Estanque sobre a relação estabelecida entre os industriais do calçado de S. João da Madeira e os operários e sindicatos daquele sector: "Da relação entre os proprietários e os trabalhadores transparece, pois, uma atitude de paternalismo. Mas esta tem como reverso da medalha uma posição de afrontamento em relação ao sindicato. A empresa é vista pelos patrões quase como uma família que viveria em plena 'harmonia' se não fosse a presença do corpo estranho e perturbador que é a estrutura sindical. Nesta atitude, é visível uma manifestação do vínculo autoritário que articula a ética do patriarca familiar com a prática exploradora do patrão (...)" (Estanque, 1993: p. 274).

⁶⁰ A este propósito será importante recuperar a noção de violência simbólica. Cfr. a propósito Bourdieu (1989: pp. 11-15; 1997a: pp. 197-224).

seus familiares) nas secções e uma muito eficaz eleição dos encarregados serão, entre outros processos, alguns dos elementos mais produtivos no reforço de poder associado ao exercício da posição dominante nas relações de classe vigentes.

A este propósito, e porque se trata de um dos lugares de classe mais visíveis do campo — em poder e mesmo em efectivos — será importante determo-nos um pouco sobre a figura e a relevância dos agentes de enquadramento.

Os *encarregados* assumem um estatuto eminentemente disciplinar no contexto fabril e no modo como são reconhecidos localmente. Oriundos, com frequência, de famílias operárias, mas também de famílias já estabelecidas no mesmo lugar de classe há algumas gerações, estes serão os agentes que darão corpo total ao mecanismo de dominação «arquitectado». Não serão, evidentemente, operários, mas dominarão um conjunto vasto de competências que dirão respeito às diferentes vertentes do trabalho (manual e) com as máquinas, sendo tanto mais respeitados quanto aliarem a competência demonstrada com o virtuosismo do "artista"; por outro lado, não são e raramente serão patrões⁶¹, embora possuam o poder delegado de disciplinar, de obrigar a trabalhar e de permitir parar.

À primeira vista, lugar evidente da *contradição de classe* a que se refere Olin Wright (1994: pp. 107-108), o espaço profissional e social dos encarregados é, no entanto, lido muito limpidamente por parte de todos os agentes sociais — dentro e fora da fábrica. Dotados de uma forte identidade profissional — ainda que a entrada nas fábricas de alguns técnicos qualificados e engenheiros possa, por vezes, ameaçá-la⁶² — edificada ao

⁶¹ O nosso estudo não trabalha especificamente a totalidade das famílias burguesas da freguesia. Contudo, e tal como assinalámos, vários trabalhos demonstram ser mais frequente a reprodução do lugar de classe burguês, ou a transformação de um empregado ou de um operário em patrão do que propriamente o movimento de ascensão da PBTEI para a BEP. Cfr., entre outros estudos, Ingerson (1982: p. 1481). B

⁶² Esta será uma ameaça mútua. Dificilmente um engenheiro desenvolverá o seu trabalho sem um mínimo de cooperação por parte dos encarregados — que, por sua vez, percebem a entrada daqueles como uma chamada de atenção por parte do patronato que, com isto, procurará, agora, exercer sobre eles um controle (disciplinador) mais apertado — e, com as mudanças tecnológicas ocorridas em algumas empresas (a generalidade ainda não as conhece de modo efectivo), os encarregados necessitarão, progressivamente, de apoio técnico especializado no trabalho que realizam.

longo do trabalho aprendido durante dezenas de anos e na confiança neles depositada pelos patrões, os encarregados serão os outros «senhores» da fábrica e da freguesia.

Serão «senhores» para os patrões, que não dispensarão o seu desempenho — promovendo, frequentemente, a identificação do encarregado com o "espírito da casa", num claro reforço da *ideologia do trabalho* que é característica destes agentes ("esqueci-me do mundo", dizia-nos um encarregado para referenciar o facto de só ter visto o trabalho e nada mais para além do trabalho ao longo de uma vida dedicada à empresa) — e serão ainda mais «senhores» para a generalidade dos operários que, sob as suas ordens directas, deverão cumprir o que lhes é transmitido. Num contexto fabril em que o trabalho é realizado com recurso a uma carga importante de esforço físico — como nos dizia um encarregado de uma secção de acabamentos de uma grande fábrica, "nem todo o trabalho é feito como é na nossa fábrica, a grande maioria das empresas aqui ainda obriga os operários a um esforço físico muito grande, é um trabalho duro" —, a figura do encarregado é fundamental para garantir a lei e a ordem necessárias à obtenção dos volumes de produção pré-estabelecidos.

Com uma tal afirmação, não queremos fazer esquecer o facto de as fábricas também albergarem as suas contestações — ainda que rituais e produtoras de "consensos tácitos" — que, normalmente, servem de *válvula de segurança* à organização do trabalho em escalas alargadas. Práticas correntes, estas contestações — também elas tácitas e táticas — raramente ultrapassarão a "travagem da produção" — sejam elas feitas de pausas ou de inutilizações momentâneas de máquinas que não garantem a média de produção prevista (impedindo, dessa forma, o acesso ao tão desejado "prémio") — e nem mesmo os profissionais mais estratégicos no interior do processo produtivo terão margem de manobra muito alargada para a sua concretização — "alguns encarregados são piores do que os patrões".

Embora vá já longe o tempo em que um erro no trabalho implicava o pagamento de multas, para todos os efeitos, a troca de um salário reduzido ⁶³ — pouco superior e, é preciso dizê-lo, por vezes, mesmo inferior ao mínimo nacional —, os operários e as operárias agem e rea-

⁶³ Sobre a estrutura da relação salarial nas indústrias têxteis e do vestuário, cfr. Silva (1986: pp. 119-138) e Africano (1996: pp. 13-14).

gem em conformidade com o que lhes é exigido, o que, para além de fazer todos os dias (quantas vezes vinte e quatro horas por dia) da fábrica um omnipresente "lugar de submissão" (Pinto, 1991b: p. 21), põe à prova e comprova a eficácia do modelo de dominação localmente configurado.

Como temos vindo a assinalar, estaremos, assim, bem longe do operariado clássico em movimento e continuamente mobilizado em torno de uma *revolucionária consciência de classe* e dificilmente alguma vez terá sido aqui esta a sua configuração. Diríamos antes estarmos perante um operariado fortemente *consciente dos limites do seu mundo* — lembremos a importância do goffmaniano "sentido do lugar ocupado". Uma consciência reforçada pelos mecanismos de dominação emanados da fábrica dos quais só existirá possibilidade de alguma libertação se um dia a promoção estiver à vista — um quadro em que se assiste à reactualização de vectores Identitários característicos de culturas de trabalho alicerçadas na, rara mas possível, "promoção interna" a que se refere Sainsaulieu (1986: pp. 279-280) ⁶⁴; vectores esses que, como salienta o mesmo autor, são plenamente congruentes com relacionamentos Identitários estruturados em torno do paternalismo (Idem: pp. 365-378).

Assim, e ainda que seja possível retratar posicionamentos mais privilegiados no interior do universo operário — pensemos no caso dos afinadores de máquinas —, a posição dos agentes em causa no campo das classes sociais será sempre a mais desfavorecida: "muito trabalho e pouco salário" — assim a resumia um afinador —, a que se acrescenta, com cada vez mais regularidade — diz o observador — a ameaça permanente da

⁶⁴ Podemos encontrar localmente traços das restantes culturas, contudo, pela estrutura do modelo de relações de classe vigente e pela análise efectuada, este parece-nos ser aquele que encontrará maior congruência com a realidade da cultura do trabalho do operariado local. Dificilmente o modelo de *retraimento* terá hoje capacidade de resposta, uma vez tendo em conta o modo como a proletarianização se efectuou localmente — com saída generalizada da agricultura e dependência das mulheres no trabalho fabril. Por outro lado, nada indica que as condições de acesso à posição de parceiro na *negociação* estejam adquiridos pela generalidade dos operários e operárias. No que diz respeito ao modelo de *fusão*, as características do operariado local não parecem estar estruturadas em torno da solidariedade que o modelo exige — salvo em raras excepções, como poderão ser as de alguns operários mais qualificados (cfr. Sainsaulieu, 1993). Sobre a temática das culturas do trabalho, cfr. igualmente a aproximação antropológica de Palenzuela (1995: pp. 3-28).

desqualificação⁶⁵ e o desemprego. Na linha do diagnóstico de Balazs e Pialoux, haverá assim que ter em conta que "formas novas de dominação simbólica vêm redobando as antigas formas de exploração. Os assalariados sentem-se em situação de vulnerabilidade objectiva e subjectiva e trabalham no medo, por eles próprios e pelos filhos. A ameaça do desemprego e a precaridade pesa sobre o conjunto dos assalariados. (...) A agressão do desemprego exerce-se sobre aqueles que trabalham não somente transformando para baixo as suas exigências relativamente ao trabalho, mas igualmente aumentando a sua carga de trabalho. A generalização da electrónica, da informática e das exigências de qualidade acrescentando-se aos imperativos de produtividade exigiu de todas as categorias de assalariados novas aprendizagens. Ao sentimento de indignidade social dos operários especializados veio acrescentar-se (...) o medo de não estar à altura daquilo que é pedido e o sentimento de se tornar incompetente (...). (...) mantendo as formas clássicas de aumento da produtividade, mas quebrando as solidariedades, nomeadamente pela introdução de prémios, o patronato produziu sobreinvestimento e formas novas de trabalho com urgência, não somente nos postos de responsabilidade, mas também nos postos subalternos" (1996: p. 3).

Face a este cenário e uma vez tida em conta a limitada assimilação da escola — uma das vias possíveis a que alguns membros do operariado poderiam recorrer para transformar a respectiva posição social (transformação que poderia começar por envolver o reforço da posição ocupada a que corresponderia um trabalho operário mais qualificado e, só por isso, "mais seguro") —, a resposta que o operariado vai construindo para os problemas que sente na fábrica e que atravessam o seu quotidiano passa,

⁶⁵ "(...) Ontem trabalhadores altamente qualificados, os tecelões tornaram-se, pelo toque da varinha mágica do tear mecânico, um 'exército de reserva'; ontem alheia à industrialização, uma multidão de mulheres e crianças torna-se, com o avanço tecnológico da fiação, uma reserva inesgotável de trabalho não qualificado; e assim por diante. A formação da chamada 'aristocracia operária', que segundo certos autores teria posto termo à radicalização do movimento operário inglês depois de 1848, não passa, ela própria, de uma imagem invertida da admissão maciça de novas forças de trabalho pela indústria. Nos nossos dias, é sabido que o enriquecimento de certas tarefas directamente produtivas (...) é, inevitavelmente, acompanhado pela criação maciça de tarefas tão pouco qualificadas que podem ser imediatamente assumidas pelos 'exércitos de reserva' dos países atrasados" (Cabral, 1983: p. 50).

novamente, pelas (limitadas) capacidades estratégicas encontradas na família.

No quadro de um sistema produtivo local que vai encontrando alternativas para o fecho e reestruturação de muitas das têxteis verticais na mais dinâmica indústria do vestuário⁶⁶, a estratégia do agregado familiar operário continua a confinar-se, na sua generalidade, à maximização do assalariamento dos respectivos membros — a solução quase sempre encontrada para os membros mais jovens, seja qual for o sexo.

Contudo, as dificuldades de gestão do quotidiano com base em salários tão reduzidos não dispensam o recurso a fontes complementares de rendimento: as pensões de reforma dos mais velhos (quando existem), mas também o recurso a horas extraordinárias na fábrica, a profissão complementar, quantas vezes igual à principal, os pequenos «biscates» — sejam estes o «tomar conta de crianças» filhas das operárias da vizinhança e as «limpezitas», no caso das mulheres, ou os pequenos trabalhos de construção civil e alguns trabalhos manuais, para os homens — e o "outro ordenado" — o subsídio de desemprego — em altura de crise.

No prolongamento da maximização da relação salarial, será sobretudo nos agentes com idade próxima do problemático limiar dos quarenta anos — idade a partir da qual "o trabalho, mas sobretudo o emprego" se tornam difíceis de encontrar⁶⁷ — que se assistirá à acumulação dos "dois ordenados", ou seja, à acumulação do subsídio de desemprego (visto como um "ordenado do governo") com o *salário de um trabalho sem descontos* — estratégia percebida sobretudo como um ganho de tempo e de dinheiro num momento da vida que se apresenta como crítico: trata-se de procurar obter um acréscimo de rendimento e de manter uma ligação com o mercado de trabalho que, mal acabe o subsídio e tendo em conta a *boa vontade do patrão*, poderá ter como consequência um contrato... A prazo (?!).

⁶⁶ Sobre esta questão, cfr. novamente a análise comparativa que A. P. Africano faz do comportamento dos sectores tradicionais de actividade industrial (têxtil, vestuário e calçado) (1996: pp. 6-14).

⁶⁷ É convicção generalizada de muitos dos agentes com quem falámos que não haverá — sobretudo para os mais jovens — falta de trabalho na região. Num claro sintoma da precarização da relação salarial e da segurança do emprego, o que será cada vez mais difícil de encontrar é um posto de trabalho que dê garantias de um mínimo de estabilidade.

Se o desemprego atinge os operários mais velhos, ao abrigo do estatuto especial da região, poderão ter direito a um subsídio de desemprego que os acompanhará até à idade da reforma e, com isso, a segurança mínima da vida poderá estar menos ameaçada ⁶⁸. Os restantes, aqueles que ficaram desempregados com cinquenta anos terão, mais cedo ou mais tarde, que se confrontar com o fim do subsídio e a ausência de trabalho e de emprego...

Lendo as múltiplas dificuldades a que o seu quotidiano está sujeito, certas famílias operárias não deixarão de experimentar o «fascínio» e o «desejo» de «montar um negócio» e de, assim, poderem escapar ao lado dominado da relação laboral. Algumas, munidas de pequenas poupanças amealhadas ao longo de uma vida, do que terá restado da indemnização de um familiar por altura do fecho da fábrica e de um inevitável empréstimo bancário, *tentarão a sua sorte* no comércio e, mais frequentemente, na indústria.

Devido, entre outras circunstâncias, aos avultados investimentos a que o início do negócio hoje está sujeito na têxtil, dedicar-se-ão com maior probabilidade ao vestuário. Primeiro uma *máquina de costura industrial* para a mulher, depois e se necessário uma de *corte e cose* para uma filha e o trabalho a feição para uma Lameirinho ou uma Coelima e as doze, quatorze, dezasseis horas de trabalho ⁶⁹ e a manutenção do emprego do marido num dos turnos das grandes fábricas — "o seguro morreu de velho". Depois o negócio avança e a garagem ganha mais umas máquinas e mais algumas raparigas que, rapidamente, serão operárias. O marido deixará o trabalho na fábrica e tornar-se-á patrão. Com o tempo, o trabalho a feição poderá terminar e uma carteira de clientes poderá ser constituída,

⁶⁸ Este é um direito regulamentado pelas Portarias n.º 735/91 de 31 de Julho e n.º 365/94 de 11 de Junho — instrumentos legais que procuram "minimizar eventuais problemas que no domínio social decorram da reestruturação das indústrias têxtil e do vestuário" da região do vale do Ave. Entre outras medidas de protecção social dos desempregados, as portarias em causa proporcionam a majoração do abono de família para o triplo (no caso dos descendentes entre os 6 e os 15 anos em situação escolar), a compensação salarial para trabalhadores que celebrem contratos de trabalho a tempo inteiro pelos quais venham a auferir remunerações inferiores à recebida no posto de trabalho anterior à situação de desemprego e o alargamento dos períodos de concessão das prestações de desemprego.

⁶⁹ O quadro característico dos inícios da actividade é muito semelhante ao perfil da trabalhadora ao domicílio que é frequente encontrar na região. Sobre este assunto, cfr. Marques (1988: p. 98) e Santos (1990: pp. 173-174; 183-184).

mas também se sabe que esse golpe necessário à plena afirmação da fábrica da família poderá nunca surgir e a *miragem* do «negócio» poderá não passar mesmo de um *oásis* imaginado e pago com a realidade dos juros que o banco não perdoará...

Perspectivar, então, o campo das classes sociais estruturado na freguesia não dispensará, assim, a identificação de uma posição burguesa antiga que, não obstante a «crise», consegue reproduzir o lugar de classe que ocupa — "a falência da fábrica raramente implica a ruína da família". Por sua vez, esta burguesia mais antiga vê-se, frequentemente, acompanhada por uma geração nova de empresários (fundamentalmente do vestuário), usufruindo ambas da garantia de terem pela frente uma mão de obra disciplinada e dócil que, por força das poucas qualificações que possui, pela eficácia do modelo de dominação estruturado e pela insegurança a que está sujeita, dificilmente encontrará espaço para transformar a sua posição.

6. O prolongamento da lógica relacional do campo classista na relação com a habitação

Seja qual for o contexto social em estudo, é impossível retratar a dinâmica das (dis)posições sociais que o estruturam sem referenciar e sem reter a importância da habitação na vida das famílias. S. Jorge de Selho, evidentemente, não foge à regra. Bem pelo contrário. Procurar ensaiar o estudo do campo classista local não poderá mesmo dispensar um olhar muito atento sobre a estrutura e composição das *casas* das diferentes famílias de classe aqui posicionadas e sobre as modalidades de acesso à sua produção que estas têm e tiveram.

Um tal olhar sobre a produção do espaço habitacional ⁷⁰ defronta-se, obrigatoriamente, com mais uma das inevitáveis articulações com o processo de industrialização local e com o modelo de relações classistas por este estruturado. Referimo-nos ao facto de o processo de construção das fábricas nas imediações das casas patronais ter sido acompanhado, com

⁷⁰ Como salienta Ernesto Veiga de Oliveira, "a casa é sempre o produto de uma grande multiplicidade de elementos interrelacionados, reflectindo condições naturais e históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, consentimentos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos, em especial sentimentos de grupo, das pessoas que as constróem e habitam" (1992: p. 310).

grande regularidade histórica, pela construção — também muito próxima da fábrica e da casa patronal — das habitações operárias.

Contudo, a generalidade destas habitações raramente conhece(u) o conforto e as características mais cómodas — já não dizemos das casas burguesas da região, mas pelo menos — das casas que um dia a Coelima resolveu construir para um conjunto restrito dos seus operários mais qualificados.

A grande maioria das casas nasceu ao longo de todo o século XX em pequenos núcleos de algumas dezenas de habitações, quase sempre sem chão assoalhado — quantas casas ainda tinham o chão da cozinha em terra batida no início dos anos oitenta? —, sem casa de banho e, frequentemente, aproveitando antigos armazéns fabris estando, por isso, voltadas para pequenos pátios e quintais, interiores ou laterais, que garantem a entrada — exígua — para outras habitações que entretanto aí se improvisa(ra)m.

QUADRO XIII — Data de construção dos edifícios de S. Jorge de Selho

Antes de 1919	154	14%
1919-1945	155	14%
1946-1960	138	13%
1961-1970	159	15%
1971-1980	194	18%
1981-1985	164	15%
1985-1991	107	10%

Fonte: INE, Censo 91.

Com uma estrutura, por vezes, muito semelhante às "ilhas" operárias de cidades como o Porto ⁷¹, estas são casas muito pequenas — nunca mais de dois «alojamentos» (assim chama agora o INE às «divisões») — onde nasceram, cresceram e começaram a trabalhar várias gerações de famílias numerosas, num tremendo cenário de sobreocupação.

A produção habitacional assim configurada foi obviamente levada a cabo pelos patrões da indústria que, assim, encontraram terreno para afir-

⁷¹ Consulte-se sobre esta temática a análise que G. Martins Pereira elabora sobre a sua estrutura, assim como sobre a sua relevância no processo de industrialização portuense do século XIX (1994: pp. 213-236).

mar duplamente a sua dominação: ao poder exercido na fábrica acrescentaram o poder exercido sobre a família operária, tornando-se seus «senhores»⁷².

Na sua generalidade, e salvaguardando as mudanças ocorridas com o crescimento do parque habitacional registado na década de oitenta, as casas estão hoje envelhecidas (de acordo com os dados do Censo de 91, mais de 50% dos edifícios foi construído antes de 1970) e os melhoramentos pedidos ao «senhorio» e à «senhoria» — na divisão do trabalho característica das famílias burguesas locais é frequente ser à esposa do patrão "a tratar de receber as rendas" — e nunca atendidos (o congelamento das rendas posterior a Abril de 1974 permitiu aos proprietários continuar "a não mexer nas casas") acabaram por ser realizados pelas famílias. As fachadas foram retocadas, o chão da cozinha levou uma necessária camada de cimento em cima, a "retrete" no exterior ganhou finalmente luz eléctrica e água canalizada, permitindo a sua transformação numa pequena "casa de banho".

QUADRO XIV — Tipo de família, segundo a família de classe

Família de classe	Tipo de família			Totais
	Solteiros	Família Nuclear	Família Alargada	
BEP	—	2,8	0,6	3,4
PBIC	-	-	1,1	1,1
PBTEI	-	7,4	2,8	10,2
PBIP	—	5,7	—	5,7
PBPA	-	6,3	1,7	8
PBE	-	6,3	1,7	8
PBEP	0,6	8	2,8	11,4
O1	2,8	30,1	6,8	39,8
OP	-	10,2	2,3	12,5
	3,4	76,7	19,9	100

Fonte: Inq. PEV.

⁷² Como assinalam Rémy e Voyé a propósito da configuração espacial da "região industrial", "ao lado do patrão, o proprietário imobiliário surge, desde logo, como outra figura de exploração que, na situação de penúria gerada por essas deslocamentos maciças [as migrações das populações para os novos sítios industriais], vê a possibilidade não apenas de multiplicar as construções de habitações em espaços reduzidos (bairros operários) mas também e essencialmente de multiplicar a ocupação dessas habitações, dividindo-as ao máximo (...)" (1994: p. 56).

Contudo, estas melhorias recentes não parecem ser suficientes para alterar substancialmente as características mais pesadas do conjunto das habitações locais. Mantêm-se os «senhorios» e uma tradicional exiguidade, multiplicada por um número elevado de pessoas por família e por deficientes sistemas de saneamento básico ("um dos maiores problemas da freguesia", para o Presidente da Junta): segundo os dados do Censo de 91, cerca de 80% das habitações tem apenas um alojamento e sendo o número médio de pessoas por família na freguesia de 3,85 e o conjunto de famílias *alargadas* digno de algum registo é bastante plausível diagnosticarem-se aqui situações de sobreocupação ⁷³.

Assim, as transformações geradas pelo surto de novas construções registado na freguesia durante a última década — predominantemente vivendas familiares responsáveis pelo crescimento de alguns lugares da freguesia (como o lugar do Barreiro) — não parecem ter alterado de forma sintomática as carências habitacionais que aqui sempre se registaram.

QUADRO XV — Modalidade de relação com a propriedade da habitação segundo a família de classe

Família de classe	Tipo de relação com a propriedade					Totais
	Casa própria	Casa propriedade dos pais	Casa arrendada pelos pais	Casa arrendada	Casa propriedade dos sogros	
BEP	2,3	0,6	-	0,6		3,4
PBIC	0,6	-	-	0,6		1,1
PBTEI	4,5	0,6	0,6	4,5		10,2
PBIP	4	0,6	—	1,1		5,7
PBPA	2,8	-	0,6	4,5		8
PBE	2,3	1,7	1,7	2,3		8
PBEP	2,8	1,1	1,1	6,3		11,4
O1	6,3	2,8	7,4	22,2	1,1	39,8
OP	1,7	-	2,8	8		12,5
	27,3	7,4	14,2	50	1,1	100

Fonte: Inq. PEV.

⁷³ Segundo Abílio Cardoso, "(•••) o peso da sobreocupação, particularmente dos fogos com 2 ou mais divisões a menos, é significativamente superior à média em Guimarães (...)" (1996: pp. 151). Não espantará, por isso, que não obstante o efectivo importante de famílias alargadas se revista aqui de especial valor o conjunto das *famílias nucleares* (como se sabe também elas bastante numerosas), uma vez que a exiguidade habitacional a tal obriga. Sobre este assunto, cfr. a conceptualização de Bertaux sobre a emergência da família nuclear no interior do operariado (1978: pp. 80-95). Sobre a relação mantida pela classe operária com o espaço, poderá consultar-se o exaustivo estudo de Verret (1995), a análise de Zélis (1984: pp. 52-55) e, de um ponto de vista histórico, o trabalho de Prost (1991).

Correspondendo essencialmente a um aumento da habitação própria, estas vivendas parecem resolver sobretudo os problemas das fracções mais possidentes da PB, continuando por resolver o acesso à habitação das famílias operárias.

Com efeito, são sobretudo os casais mais jovens do O1 e do OP que, defrontando-se com as elevadas rendas a que as habitações para novos arrendamentos estão sujeitas — num quadro em que a oferta habitacional mantém, frequentemente, uma qualidade muito próxima da de outros tempos, já que se continuam a improvisar «casas» em locais com reduzida luz exterior, com um quarto e uma cozinha pelos quais se pedem valores idênticos ao salário de um dos membros da família —, optam mais frequentemente por se manter na casa arrendada pelos pais ou sogros, sendo, por isso, estas as fracções onde é mais frequente encontrarmos a forma familiar alargada.

Como se depreende do apresentado, o panorama habitacional da freguesia não é dos melhores, tudo indicando, assim, que o prolongamento do modelo paternalista, estruturado na esfera da *produção*, à esfera da *reprodução* — os «grandes senhorios» são ainda os proprietários das fábricas (Cardoso, 1996: p. 155) — não se tenha revestido dos contornos apurados que caracterizam a aplicação do referido modelo noutros contextos sociais. Estaremos aqui muito longe do modelo paternalista configurado pela CUF barreirense — marcado por uma "concepção paternal do papel do patrão na empresa; uma política de alojamento operário; a criação de uma rede privativa de serviços de assistência; o recrutamento familiar da mão de obra operária" (Almeida, 1993: p. 167) —, já que a fixação do operariado local foi conseguida com o poder exercido pelos patrões, com o recrutamento familiar da mão de obra e com uma política de alojamentos improvisados orientada para a colecta de rendas. Em S. Jorge de Selho, a política de habitação burguesa não serviu e não serve para premiar, seleccionar e fixar o operariado qualificado e raramente as rendas tiveram o estatuto simbólico que caracterizou a actuação dos patrões do concelho da margem Sul do Tejo ⁷⁴.

⁷⁴ Durante a segunda metade do século, a Coelima desenvolveu uma estratégia que configurava alguma preocupação com a reprodução social dos seus operários: desde a programação de actividades de ocupação dos tempos livres (materializadas num parque desportivo que compreendia um pavilhão gimnodesportivo e um campo de futebol), passando pela criação de uma cooperativa de consumo e de escolas, esta grande uni-

Num contexto em que a penúria habitacional assumiu — e sob formas novas — vai assumindo contornos muito claros, a obtenção de um tecto sempre foi vista como uma "sorte", acabando por se (tentar) minimizar o facto de as condições habitacionais serem deficientes — a globalidade "das outras casas sofria do mesmo" (dizem muitos habitantes).

A fixação do operariado — fosse ele qualificado ou desqualificado — passou assim pela possibilidade de ao poder de patrão se ver também acrescentado o de "senhorio", circunstância que permitia e permite controlar ainda mais de perto o *futuro* da família dos operários-inquilinos: cumprir na fábrica poderia ter como consequência "o arranjar de uma casita", "uma renda mais barata"; não cumprir poderia significar rapidamente o aumento da renda...

Tendo em conta o estado actual do campo classista e do mercado habitacional, só à primeira vista se poderia afirmar a perda de eficácia da lógica do modelo paternalista assim estruturado. À medida que as rendas descongelam e aumentam, que os planos de urbanização se desenham e que algumas fábricas trazem a realidade e a ameaça do desemprego para as famílias, o peso da importância de não se possuir o tecto sob o qual se vive aumenta e, com isso, o peso da dominação do «senhorio»/ «patrão».

7. Síntese conclusiva

Determinado pela indústria têxtil, o espaço das posições sociais em S. Jorge de Selho organizar-se-á como um campo de onde relevam inequívocas diferenças de poder.

dade fabril procurou chamar a si algumas das dimensões do quotidiano dos seus empregados exterior à fábrica. Nunca chegou a realizar plenamente um (previsto e ambicioso) programa de alojamentos e nunca foi acompanhada pelas restantes empresas da região no tipo de prerrogativas que concedia aos seus operários. Na memória colectiva local a actuação da empresa não deixa, no entanto, de ser lida como devida à obra e ao empenho pessoal do seu fundador, Albano Coelho Lima: "Em ritmo sempre crescente, este *homem bom* está sempre ao lado daqueles que com ele trabalham e vira-se para o aspecto social. É um dos impulsionadores do aparecimento do horário de 8 horas, do salário mínimo (embora quase sempre pagasse mais do que o mínimo) e dá início à campanha de pensões de reforma. Impulsiona a criação dos Serviços Sociais da Empresa, instalando um Posto Médico, uma cantina, Bairros Sociais e instalações desportivas (...)" (Gonçalves, 1984). Com a transformação recente da empresa, parte das medidas que atentam na esfera social foi suspensa e o parque desportivo parcialmente alienado.

De especial relevo na lógica do seu funcionamento, nomeadamente no relacionamento estabelecido entre a minoria burguesa e a maioria operária será o modelo *paternalista* aqui radicado — ainda que, por "reação", haja fracções de classe que procuram explicitamente escapar à referida lógica, recusando o assalariamento total nas fábricas, ou que, por "submissão", estejam "integradas" no processo de accionamento da mesma, como no caso dos agentes de enquadramento.

Dotado de uma configuração particular, um tal modelo tenderá a reforçar as tradicionais fragilidades do efectivo operário presente: globalmente pouco qualificado, pouco organizado e, frequentemente, ainda que *revoltado*, exclusivamente resignado ao desenvolvimento de estratégias que procuram a maximização possível do assalariamento dos membros do grupo doméstico — num quadro em que o envelhecimento e a ameaça e a realidade do desemprego tendem a agravar os efeitos de uma tal configuração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICANO, Ana Paula (1996) — "As indústrias têxtil, vestuário e calçado na região norte nos anos 80", *Estatísticas & Estudos Regionais*, n.º 11, pp. 6-14.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1993) — *A Fábrica e a Família*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, J. Ferreira de (1986) — *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS.
- ALMEIDA, J. Ferreira; *et ai* (1988) — "Famílias, estudantes e universidade, painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- (1990) — "Estudantes e amigos, trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, 105-106, pp. 193-221.
- (1994) — "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos" in REIS, António, 1994, pp. 307-330.
- ARIES, Ph.; DUBY, G. (1991) — *História da Vida Privada*, V, Porto, Afrontamento.
- BALAZS, Gabrielle; PIALOUX, Michel (1996) — "Crise du travail et crise du politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 114, pp. 3-4. BENAVENTE, Ana; *et ai* (1991) — *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Teorema. BERNSTEIN, Basil (1972) — "A sociolinguistic approach to socialization; with some reference to educability", in GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Orgs.) — *Directions in Sociolinguistics*, New York, Holt, Rinehart and Wilson, pp. 465-497.
- (1975) — *Langages et Classes Sociales*, Paris, Minuit.
- BERTAUX, Daniel (1979) — *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes.
- BERTRAND, P. (1984) — "Trois époques disent un présent", in GROOTAERS, D. (1984), pp. 66-79.
- BOURDIEU, Pierre (1979a) — *La Distinction*, Paris, Minuit.
- (1979b) — "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, pp. 3-6.
- (1989) — *O Poder Simbólico*, Lisboa., Difel.
- (1994) — *Raisons Pratiques*, Paris, Seuil.
- (1997a) — *Méditations Pascaliennes*, Paris, Seuil.
- (1997b) — "Le champ économique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, pp. 48-66.
- BOUROCHE, Jean-Marie; SAPORTA, Gilbert (1994) — *L'Analyse de Données*, Paris, PUF.
- BRETTELL, Caroline B. (1991) — *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Lisboa, D. Quixote. CABRAL, Manuel Villaverde (1977) — *O Desenvolvimento do Capitalismo no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- (1979) — *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- (1983) — *Proletariado, o Nome e a Coisa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CALHOUN, Craig; LI PUMA, Edward; POSTONE, Moishe (1995) — *Bourdieu, Critical Perspectives*, Cambridge, Polity Press. CARDOSO, Abílio (1996) — *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Porto, Afrontamento. CASTRO, Armando (1971) — *A Revolução Indústria no Portugal do Século XIX*, Lisboa, D. Quixote.
- (1973) — *A Economia Portuguesa do Século XX, 1990/1925*, Lisboa, Edições 70.

- CIBOIS, Philippe (1994) — *UAnalyse Factorielle*, Paris, PUF.
- COSTA, A. Firmino (1984c) — "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido inigualitário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14.
- (1987) — "Novas contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, pp. 635-686. COSTA, José Silva; SILVA, Mário Rui (1995) — "Inovação e modelo empresarial no Norte Litoral", *Cadernos de Ciências Sociais*, 14, pp. 5-48. CUTILEIRO, José (1977) — *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa. DACOS-BURGUES, M.H. (1984) — "Les sous-prolétaires ou les exclus", in GROOTAERS, D., 1984, pp. 109-134. DOISE, WILLEM *et ai* (1992) — *Représentations Sociales et Analyses de Données*, Grenoble, PUG. DOMINGUES, Álvaro; MARQUES, Teresa (1987) — "Produção e reprodução", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22.
- (1988) — "Formação profissional e serviços de apoio à produção", FERREIRA, Elisa (sob a direcção de) *Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave*, Porto, Centro de Estudos e de Documentação Europeia. DUBET, François (1987a) — "Conduites marginales des jeunes et classes sociales", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII.
- (1987b) — *La Galère: Jeunes en Survie*, Paris, Fayard.
- (1992) — "Comment devient-on ouvrier?", *Ouvriers, Ouvrières, Autrement*, Série Mutations, n.º 126, pp. 136-145. ESTANQUE, Elísio (1993) — "Poder, trabalho e cultura local na indústria do calçado", in SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), 1993, pp. 261-281.
- ESTEVES, António Joaquim (1995a) — *Jovens e Idosos*, Porto, Afrontamento.
- (1995b) — "Elementos de análise da escolarização no Ave", *Estatísticas & Estudos Regionais*, n.º 9, pp. 6-20. ESTEVES, António Joaquim; STOER, Stephen (Orgs.) (1991) — *Educação, Ciências e Realidade Portuguesa*, Porto, Afrontamento.
- (1992) — *A Sociologia na Escola*, Porto, Afrontamento.
- FERNANDES, António Teixeira (1992) — "Espaço social e suas representações", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.
- (1996) — "Alguns desafios teórico-metodológicos", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 6, pp. 193-212.
- (1997) — *A Sociedade e o Estado*, Porto, Afrontamento.
- FIGUEIREDO, António Manuel; COSTA, José da Silva; SILVA, Mário Rui (1994) — *Perspectivas de Evolução da Indústria da Região Norte — desafios dos anos 90, relatório de síntese*, Porto, CEDRES/AIP. GERALDES, Manuel M. N. (1913) — *Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga*, Coimbra, Imprensa da Universidade. GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1992) — *O Inquérito*, Oeiras, Celta. GIDDENS, Anthony (1973) — *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson University Library, Londres. GONÇALVES, A. Custódio; FERNANDES, A. Teixeira; ÉPINAY, Ch. Lalive d' (1988) — *La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation*, Porto, Faculdade de Letras.

(Dis)Posições sociais num *campo* determinado pela indústria

- GONÇALVES, José (1984) — *Pevidém: de novo o progresso?*, Gondar.
- GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude (1989) — *Le Savant et le Populaire*, Paris, Gallimard/Le Seuil. GROOTAERS, Dominique (1984a) — "La culture une réalité multiforme", in GROOTAERS, D., 1984, pp. 23-31;
- (1984b — "Les jeunes, le travail, le chômage", in Grootaers, 1984, pp. 194-205.
- GROOTAERS, Dominique (Org.) (1984) — *Culture Mosaïque*, Bruxelles, Vie Ouvrière.
- GRUSKY, David B. (1994) — *Social Stratification in Sociological Perspective*, Boulder, San Francisco, Oxford, Westview Press. HAIR, Joseph; ANDERSON, Rolph; TATHAM, Ronald; BLACK, William (1995) — *Multivariate Data Analysis*, Engelwood Cliffs, Prentice-Hall. HAREVEN, Tâmara K. (1986) — *Family Time & Industrial Time*, Cambridge, Cambridge University Press. HERPIN, Nicholas (1990) — "L'insertion professionnelle, le chômeur et ses deux familles", *Données Sociales* (INSEE), pp. 73-75. HOGGART, Richard (1973) — *As Utilizações da Cultura*, Vol. I, Lisboa, Presença.
- (1975) — *As Utilizações da Cultura*, Vol. II, Lisboa, Presença.
- INGERSON, Alice (1981) — "Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave", *Análise Social*, 72-73-74, pp. 1465-1500.
- (1997) — "A família como ideologia e prática na indústria têxtil do Noroeste de Portugal na época de Salazar, 1930-70", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 37 (3-4), pp. 159-196. ITURRA, Raul (1990) — *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Lisboa, Escher;
- (1991) — *A Religião como Teoria da Reprodução Social*, Lisboa, Escher.
- JODELET, Denise (org.) (1989) — *Les Représentations Sociales*, Paris, PUF.
- JUSTINO, David (1989) — *A Formação do Espaço Económico Nacional*, Lisboa, Vega.
- LUDTKE, Alf (1996) — "Ouvriers, *eigensin* et politique dans l'Allemagne du XXe siècle", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 113, pp. 91-101. MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro (1984) — "A pluriactividade no Vale do Ave", *Estudos Sobre o Vale do Ave*, Porto, C.C.R.N.. MARQUES, Teresa Sá (1988) — "Sistema produtivo industrial e território, um estudo da indústria têxtil em Guimarães", *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, I Série, Vol. IV, Porto, pp. 55-103. MARUANI, Margaret (1996) — "L'emploi féminin à Pombal e ao desemprego", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 115, pp. 48-57. MELO, Carla; SALEIRO, Emília (1996) — "A região norte segundo alguns indicadores das contas regionais portuguesas", *Estatísticas & Estudos Regionais*, n.º 12, pp. 20-27.
- MENDRAS, Henri (1976) — *Sociétés Paysannes*, Paris, Armand Colin. MÓNICA, Maria Filomena (1982) — *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1986) — *Artesãos e Operários*, Lisboa, ICS.
- MOZZICAFREDO, Juan (1981) — "Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, pp. 5-46. NAZARETH, J. Manuel (1988) — *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença.

- PALENZUELA, Pablo (1995) — "Las culturas dei trabajo: una aproximación antropológica", *Sociologia dei Trabajo*, nueva época, núm. 24, pp. 3-28.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1994) — "Housing, household and family. The 'ilhas' of Porto at the end of the 19th century", *Journal of Family History*, vol. XIX (3), pp. 213-236.
- PEREIRA, Henrique Garcia (1987) — "Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências", *Análise Social*, pp. 733-746.
- PEREIRA, Virgílio Borges (1997) — *Os Vincados Padrões do Tecido. Uma perspectiva, dois retratos e uma panorâmica geral sobre as vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Poder local, Desenvolvimento e Mudança social, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- PINTO, José Madureira (1985) — *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento.
- (1988) — "Scolarisation, rapport au travail et transformation des pratiques sociales", in GONÇALVES, A. Custódio; FERNANDES, A. Teixeira; ÉPINAY, Ch. Lalive d' (1988), pp. 31-46.
- (1991a) — "Considerações sobre a produção de identidades sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33.
- (1991b) — "Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais" in ESTEVES, António Joaquim; STOER, Stephen R. (org.s), 1991.
- PINTO, José Madureira; QUEIROZ, Maria Cidália (1990) — "Lugares de classe e contextos de aprendizagem social", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 8/9, pp. 131-143.
- (1996a) — "Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 15/16, pp. 41-85.
- (1996b) — "Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 19, pp. 9-29.
- POUJOL, G.; LABOURIE, R. (Org.s) (1979) — *Les Cultures Populaires*, Toulouse, Privat.
- PROST, Antoine (1991) — "As fronteiras e espaços do privado", in ARIES, Ph.; DUBY, G., 1991.
- REIS, António (Coord.) (1994) — *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REIS, José (1992) — *Os Espaços da Indústria*, Porto, Afrontamento.
- RÉMY, Jean; VOYÉ, Lilliane (1994) — *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição*, Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, Orlando (1991) — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa.
- RODRIGUES, Maria João (1996) — *O Sistema de Emprego em Portugal*, Lisboa, D. Quixote.
- RUPP, Jan C. C. (1995) — "Les classes populaires dans un espace sociale à deux dimensions", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 109, pp. 93-98.
- SAINSAULIEU, Renaud (1986) — "L'identité et les relations de travail", in Tap, Pierre, 1986, pp. 275-286.
- (1988) — *Vlidentité au Travail*, Paris, Presses de Ia Fondation Nationale des Sciences Politiques.

(Dis)Posições sociais num *campo* determinado pela indústria

- SAMPAIO, Alberto (1884) — *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1834*, Porto. SANTOS, Boaventura Sousa (1990) — *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento. SANTOS, Boaventura Sousa (Org.) (1993) — *Portugal: Um Retraio Singular*, Porto, Afrontamento. SILVA, Augusto Santos (1994) — *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento. SILVA, Mário Rui (1986) — "A relação salarial nas indústrias têxteis e do vestuário em Portugal", *Cadernos de Ciências Sociais*, pp. 119-138. SOUSA, Fernando Freire; ALMEIDA, Álvaro (1988) — "A indústria têxtil e do vestuário", FERREIRA, Elisa (sob a direcção de) *Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave*, Porto, Centro de Estudos e de Documentação Europeia. TAP, Pierre (1986) — *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat. THOMPSON, E. P. (1991) — *The Making of the English Working Class*, London, Penguin Books. TILMAN, F. (1984a) — "La culture ouvrière aujourd'hui", in Grootaers, D., 1984, pp. 80-96. ----- (1984b) — "La culture de Temployé", in Grootaers, D., 1984, pp. 97-108. TORRES, Sônia (1996) — "Emprego e desemprego na região norte: análise sub-regional", *Estatísticas & Estudos Regionais*, n.º 12, pp. 6-18. VERRET, Michel (1995) — *L'Espace Ouvrier*, Paris, L'Harmattan. WEBER, Max (1994) — "Class, status and party", in GRUSKY, David, B. (1994), pp. 113-122. WRIGHT, Eric Olin (1994) — "A general framework for the analysis of class structure", in GRUSKY, David B. (1994), pp. 98-110. ZÉLIS, G. (1984) "Les malaises dans la société industrielle", in GROOTAERS, D. (1984), pp. 51-65.